Capitalismo, trabalho e formação profissional

dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto, São Paulo

Élidi Cristina Tinti

CAPITALISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DILEMAS DO TRABALHO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM RIBEIRÃO PRETO, SÃO PAULO

ÉLIDI CRISTINA TINTI

Capitalismo, trabalho e formação profissional

ÉLIDI CRISTINA TINTI

CAPITALISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DILEMAS DO TRABALHO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM RIBEIRÃO PRETO, SÃO PAULO

CULTURA ACADÊMICA
Editora

Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.culturaacademica.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T497c

Tinti, Élidi Cristina
Capitalismo, trabalho e formação profissional: [recurso eletrônico] dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto, São Paulo / Élidi Cristina Tinti. – 1.ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
Recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7983-655-8 (recurso eletrônico)

1. Serviço social – Orientação profissional. 2. Serviço social – prática. 3. Assistentes sociais. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

15-26796 CDD: 361
CDU: 364-78

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:

A todos aqueles que vivenciam comigo
os dilemas do trabalho cotidiano
(profissionais e usuários).
Ao meu companheiro Gabriel.
Aos meus queridos: Sônia, Lorena e Luiz.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a oportunidade de poder me graduar e pós-graduar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, onde tive acesso ao conhecimento e pude aprender a compartilhá-lo.

Agradeço ao cuidado e ao apoio oferecido pela minha família para que eu reunisse as condições para conquistar meus objetivos.

Agradeço ao meu esposo, amigo e companheiro, por estar ao meu lado me ensinando a conviver, apesar das adversidades.

Agradeço aos sujeitos que participaram da pesquisa de campo que compõe este livro e a todos os usuários dos serviços em que já atuei como assistente social, os quais, cotidianamente, me mostram um pouco das suas vidas, permitindo a construção coletiva a partir da realidade que vivenciamos juntos.

Agradeço à minha orientadora de mestrado, professora doutora Patrícia Soraya Mustafa, pelo seu apoio constante e por sua capacidade de partilhar seus conhecimentos, ajudando-me a aprender muito.

Agradeço a todos os familiares, amigos e professores que direta ou indiretamente me auxiliaram ao longo de minha trajetória.

Agradeço a Deus e aos meus companheiros de jornada, que iluminam meus caminhos todos os dias.

Aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.

Karl Marx

Sumário

Prefácio

É com grande prazer que prefacio este instigante livro de Élidi Tinti, o qual pude acompanhar desde a sua concepção até o seu nascimento.

Élidi chegou ao mestrado em Serviço Social com a seguinte indagação: O assistente social atua segundo uma teoria e uma metodologia específicas? Como se dá essa escolha e o que a determina? A partir dessa questão, começamos a pensar e esboçar as ideias iniciais da sua pesquisa, que culminou na sua dissertação de mestrado e agora tornou-se este instigante livro: *Capitalismo, trabalho e formação profissional*: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto, São Paulo.

Neste livro, Élidi tem a coragem de lidar com um velho e novo dilema que perpassa o Serviço Social brasileiro: Como os assistentes sociais conduzem seu trabalho cotidiano? A partir de qual referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo? Para enfrentar essas questões, a autora reivindica uma perspectiva de totalidade, a qual leva-a a se debruçar sobre as condições objetivas que incidem no trabalho profissional dos assistentes sociais, na sua formação profissional e nas respostas que oferecem no dia a dia do seu trabalho.

A pesquisadora analisa como o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, realiza seu trabalho sob determinadas condições. Para isso, considera a forma como esse trabalho se configura a partir do modo de produção capitalista (alienado, reificado), mas elucida também como os profissionais de Serviço Social, enquanto seres sociais dotados de uma teleologia, de aportes teórico-metodológicos, ético-políticos que os alicerçam (os quais deveriam ser garantidos na formação profissional), podem exercer a sua autonomia enquanto profissionais e propor um trabalho inventivo, criativo, diante das velhas e novas manifestações da questão social brasileira.

A autora problematiza a formação econômico-social contemporânea e seus rebatimentos na formação e no trabalho do assistente social brasileiro, considerando a imbricação subjacente entre esses elementos.

Não seria possível responder à questão inicial do seu trabalho despida da crítica econômico-política, e Élidi enfrenta esse desafio a partir de uma pesquisa teórica ancorada em importantes autores, os quais podem ser identificados ao longo deste livro.

Ademais, o método de pesquisa adotado clama por dados da realidade concreta. Sem recorrer a dados ontológicos, como poderia responder às indagações: Quais são os determinantes da sociabilidade burguesa para o trabalho profissional? Quais são as condições atuais de trabalho para os assistentes sociais? Qual é o quadro atual da formação em Serviço Social? Qual é a construção da profissão em termos de aparato teórico-metodológico? Quais são os elementos oferecidos pela formação para que os profissionais tenham, de fato, condições de reconhecer seu referencial teórico-metodológico a fim de realizar uma leitura crítica de sua realidade? Nessa direção, a autora realiza oito entrevistas com assistentes sociais que trabalham com a Política de Assistência Social, Saúde, Previdência Social e na área sociojurídica (Tribunal de Justiça e medidas socioeducativas), no município de Ribeirão Preto, São Paulo.

Cumpre destacar ainda que a relação dialética estabelecida entre as falas dos sujeitos da pesquisa e o constructo teórico suscita os principais dilemas revelados neste livro: pluralismo, ecletismo e

sincretismo no Serviço Social – dilemas da teoria e da prática – e dificuldades concernentes ao referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional. No último capítulo do livro, a autora problematiza esses dilemas com o auxílio de autores que já depararam com essas questões, apresentando reflexões importantes para o seu adensamento e enfrentamento.

Como o leitor poderá notar, trata-se de um trabalho instigante, que discute um recorrente problema do Serviço Social brasileiro, sempre a necessitar de pesquisadores corajosos, como a Élidi, que possam contribuir para o debate e enfrentamento de questões dessa envergadura.

Por fim, como professora envolvida diretamente no processo de construção do trabalho que originou este livro, não posso deixar de manifestar meu apreço pela Élidi assistente social, pesquisadora e amiga.

Patrícia Soraya Mustafa

Introdução

O exercício profissional, como assistente social, e o enfrentamento dos mais diversos dilemas no trabalho cotidiano fizeram emergir questões que originaram um projeto de pesquisa, uma dissertação de mestrado e, agora, este livro: O assistente social atua segundo uma teoria e uma metodologia específicas? Como se dá essa escolha e o que a determina?

Essas questões, que sempre percorreram nossa trajetória, materializam-se em uma pesquisa na qual buscamos, com base em discussões teóricas e relatos da prática, uma possível resposta para elas. Como veremos, essa resposta traz elementos que, ao mesmo tempo que tornam mais clara a realidade, suscitam novos questionamentos.

O estudo que originou este livro objetiva contribuir para a compreensão da formação e do trabalho profissional dos assistentes sociais, considerando a visão das profissionais entrevistadas sobre o contexto em que atuam e sobre o referencial teórico-metodológico que orienta seu trabalho cotidiano no município de Ribeirão Preto, São Paulo.

Explorando os dilemas existentes para a realização da nossa reflexão, falaremos sobre como essas profissionais conduzem o seu

trabalho cotidiano, as condições objetivas de sua realização e a sua formação específica, de acordo com os diferentes momentos da sua profissão.

Buscou-se uma compreensão crítica acerca do tema, construindo uma pesquisa ética e comprometida com os sujeitos sociais nela envolvidos.

O percurso metodológico foi norteado pelo método materialista-dialético, mediante a conexão, a interdependência e a interação enquanto componentes formadores do processo dialético de compreensão.

Lukács (1966) explica:

> O materialismo dialético parte [...] da existência objetiva das categorias como formas da realidade, e considera seus modos psicológicos de manifestação como um reflexo imediato do ser independente da consciência. Se conseguimos uma estimativa adequada desta imediaticidade, podemos obter dela valiosos estímulos para o conhecimento das conexões objetivas, mas sem esquecer que o decisivo para toda categoria é sua função na realidade objetiva [...] e que, portanto, seu modo psicológico de manifestação ilumina diretamente antes toda a interioridade humana e não pode dar indicações para o reflexo da realidade mais que de modo primário; essas indicações têm que ser comparadas muito criticamente com os resultados da aproximação à realidade objetiva, com o objetivo de evitar resultados errôneos. (p.232, tradução nossa)

Na perspectiva da totalidade, entendida como um dos conceitos centrais da dialética materialista, o conhecimento concreto da realidade "é um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade [...]" (Kosik, 1976, p.50).

Com base nesse método, ao longo deste livro, apresentaremos os dados coletados em pesquisa de campo com as profissionais

entrevistadas, aos quais procuraremos associar os pressupostos teóricos que orientaram a pesquisa, considerando que o movimento dialético tem como ponto de partida o real e o concreto, permitindo a visualização de uma totalidade rica de determinações e relações.

Nesse sentido, nos colocamos como parte desse movimento, levando em consideração aquilo que Marx (1982) apontou como necessário no método de apreensão do todo: "[...] é necessário que o sujeito – a sociedade – esteja constantemente presente na representação como ponto de partida" (p.17).

A partir dessa afirmação, temos clara a importância de uma discussão na qual o sujeito seja capaz de envolver, simultaneamente, os aspectos teóricos e práticos para a apreensão da realidade, permitindo uma análise consistente, iluminada por uma teoria, e também partindo daquilo que a própria realidade traz, fazendo-se as mediações necessárias para tal movimento.

Essas mediações não acontecem automaticamente. É preciso o esforço do sujeito para desvelá-las, pois "a natureza à primeira vista contraditória do particular consiste precisamente em que manifesta sua peculiaridade na mutação em totalidade ou em singularidade" (Lukács, 1966, p.209, tradução nossa).

Assim, uma compreensão teórico-metodológica da realidade realizada de maneira crítica se constitui num processo construído mediante a interlocução com o próprio movimento da sociedade (Yazbek, 2009).

Ao longo dos capítulos deste livro, observaremos, nos apontamentos trazidos pelas assistentes sociais entrevistadas, com base em sua formação e em seu trabalho profissional, diferentes perspectivas com relação à profissão e seus determinantes. Identificaremos posturas críticas, alienadas e muitas vezes confusas diante do contexto sobre o qual são chamadas a refletir.

O estudo da temática apresentada se constituiu pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa de campo qualitativa, partindo-se da perspectiva de que o estudo do objeto da pesquisa que originou este livro buscou o entendimento e a explicação dos fenômenos em

relação com os demais fenômenos que os rodeiam, supondo contradições internas.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo reunir os subsídios necessários para a construção teórica do trabalho que estamos apresentando, bem como elucidar a análise a ser realizada com os dados coletados na pesquisa de campo.

A seleção e a análise das obras produzidas na literatura profissional, que vão desde a constituição do Serviço Social como profissão até sua reconceituação e, mais recentemente, as reflexões sobre a atual configuração do agir profissional, além dos diversos temas relacionados (trabalho, formação, práxis etc.), foram aprofundadas com os seguintes materiais bibliográficos: livros, principais revistas sobre Serviço Social, além de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação.

Foi escolhida a pesquisa de campo qualitativa, tendo em vista as contradições inerentes à realidade objetiva e o pressuposto de que nada é definitivo, ou seja, todos os aspectos da realidade se inter-relacionam de maneira necessária e recíproca. A realidade é aqui entendida como totalidade concreta, em que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo (Kosik, 1976).

Considerando esse movimento dialético, Marx (1982) afirma:

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também o ponto de partida da intuição e da representação. (p.15)

A pesquisa que originou este livro foi composta por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com assistentes sociais do município de Ribeirão Preto, São Paulo, que exercem atividade profissional, atualmente, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Previdência Social e sociojurídica (Tribunal de Justiça e medidas socioeducativas), áreas que se configuram como importantes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na atualidade.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados considerando-se o critério de tempo de conclusão da graduação em Serviço Social. Foram escolhidas duas profissionais de cada área, uma formada há mais tempo, outra há menos tempo, de modo a contemplar, na medida do possível, a conclusão da graduação em Serviço Social nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.

A intencionalidade desse critério foi entender as diferenças existentes no referencial teórico-metodológico de profissionais formados em diferentes momentos, considerando-se também que cada momento da sociedade brasileira compreende um contexto social, político e econômico diverso.

A pesquisa buscou verificar se as áreas nas quais essas profissionais estão inseridas condicionam de alguma forma os seus pressupostos teórico-metodológicos, se elas estão em contínua formação ou não e até que ponto isso influencia de alguma maneira a sua prática profissional, levando em conta as condições objetivas de realização do trabalho.

Também foi escolhido um sujeito que consideramos significativo por conta de sua formação continuada e de sua representatividade no município, dentro de sua área de atuação – a política de assistência social –, por entendermos que poderia contribuir para o trabalho a partir do momento em que estabeleceria um contraponto às demais falas captadas nas entrevistas. Cabe acrescentar que essa escolha foi realizada depois do início das entrevistas, considerando-se o teor delas e a ausência de uma discussão mais aprofundada das questões sobre as quais as profissionais foram chamadas a refletir.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas, buscamos capturar, no todo ou parcialmente, os elementos que pudessem explicar a escolha de um referencial teórico-metodológico em detrimento de outro, a sua concretização no trabalho profissional, a opinião das assistentes sociais sobre sua inserção no mundo do trabalho e as determinações deste para o profissional em si e para a demanda a que ele é chamado a atender.

A trajetória para a identificação e a seleção dos profissionais foi talvez o maior desafio para a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, a intenção era entrevistar dois profissionais atuantes em cada uma das áreas mencionadas, a partir do critério tempo de formação. No entanto, isso foi possível "de pronto" apenas na área sociojurídica, com duas profissionais do Tribunal de Justiça e duas de medidas socioeducativas – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes (Casa).

Na área da Saúde, buscamos profissionais que atuam na prefeitura municipal de Ribeirão Preto. No entanto, o setor de recursos humanos da referida instituição teve dificuldade para selecionar os dois profissionais pelo critério do ano de formação, o que inviabilizou a realização das entrevistas. Para essa área, foram escolhidas então duas profissionais do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto.

Na área da Previdência Social – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) –, três profissionais convidados a participar da pesquisa recusaram e apenas uma profissional aceitou, apesar da total concordância da instituição para a realização da pesquisa, conforme relato das chefias imediatas dos profissionais.

Na Assistência Social, área que abarca grande número de profissionais em Ribeirão Preto, os entraves foram ainda maiores: a Prefeitura Municipal recusou-se a contribuir para a pesquisa, mesmo com solicitação documentada junto à "Comissão de Ética" da Secretaria Municipal de Assistência Social. Houve recusa também de três profissionais com os quais foi realizado contato direto.

Apesar de ter sido salientada, para todos os profissionais convidados, a importância da pesquisa e da participação de cada um para o processo de construção do conhecimento, sendo resguardado o sigilo com relação à sua identidade, alguns profissionais da área de Assistência Social se recusaram, alegando que só participariam com a autorização da instituição. Apenas uma assistente social aceitou ser entrevistada, sabendo que a "Comissão de Ética" havia ignorado o pedido formal, após quase um ano de espera por um retorno.

Independentemente da área, a pesquisa buscou dar voz a profissionais inseridas na divisão sociotécnica do trabalho, sujeitas às mais diversas determinações no contexto em que estão inseridas, mas devendo ter claro para si suas concepções ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, dimensão priorizada na pesquisa.

A partir do conteúdo das entrevistas, foram identificados os aspectos a destacar nos capítulos do livro, juntamente com a discussão teórica acerca de cada uma das questões a que a pesquisa procurou responder, em consonância com os seus objetivos, expondo a crítica, as contradições, os dilemas, as confusões e as impressões em geral dos profissionais.

Para resguardar o sigilo com relação à identidade das participantes, no lugar dos seus nomes verdadeiros foram utilizados nomes fictícios, todos eles de mulheres que aparecem em músicas brasileiras e internacionais de diferentes intérpretes.

Nos quadros que se seguem nesta parte do livro são caracterizados os sujeitos da pesquisa em relação a estes aspectos: idade, ano e local de formação, tempo de atuação como assistente social e na área atual, realização ou não de pós-graduação (se realizada, qual, quando e em qual instituição).

No Quadro 1 é possível conhecer a área de atuação das profissionais entrevistadas.

Quadro 1 – Área de atuação dos sujeitos da pesquisa

Nome	Área de atuação (Ribeirão Preto, SP)
Eleonor	Saúde – Hospital das Clínicas
Carolina	Saúde – Hospital das Clínicas
Camila	Jurídica – Tribunal de Justiça
Geni	Jurídica – Tribunal de Justiça
Lucy	Previdência Social – INSS
Layla	Assistência Social – Prefeitura Municipal
Fátima	Medidas Socioeducativas – Fundação Casa
Beth	Medidas Socioeducativas – Fundação Casa

O Quadro 2 apresenta a idade das profissionais entrevistadas. A faixa etária varia dos 27 aos 65 anos. A maioria tem idade igual ou superior a 52 anos.

Quadro 2 – Idade dos sujeitos da pesquisa

Nome	Idade
Eleonor	59 anos
Carolina	27 anos
Camila	40 anos
Geni	65 anos
Lucy	28 anos
Layla	54 anos
Fátima	56 anos
Beth	52 anos

Pelo Quadro 3 é possível conhecer o ano em que cada uma das profissionais entrevistadas se formou. Observa-se que três concluíram a graduação na década de 1970, uma na década de 1980, uma na década de 1990 e três na primeira década dos anos 2000.

Quadro 3 – Ano de formação dos sujeitos da pesquisa

Nome	Ano de formação
Eleonor	1976
Carolina	2007
Camila	2003
Geni	1972
Lucy	2007
Layla	1979
Fátima	1982
Beth	1999

O Quadro 4, em complemento ao anterior, traz as instituições em que se formaram as profissionais participantes da pesquisa, assim como as cidades em que estão localizadas. Verifica-se que

cinco delas se formaram em instituições privadas e três em instituições públicas.

Quadro 4 – Instituição em que se formaram os sujeitos da pesquisa

Nome	Instituição/cidade onde se localiza
Eleonor	Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) – Ribeirão Preto, SP
Carolina	Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Franca, SP
Camila	Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) – Ribeirão Preto, SP
Geni	Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) – Ribeirão Preto, SP
Lucy	Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Franca, SP
Layla	Instituto Toledo de Ensino – Bauru, SP
Fátima	Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) – Ribeirão Preto, SP
Beth	Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, PR

O Quadro 5 apresenta o tempo de atuação das profissionais como assistentes sociais, evidenciando o tempo mínimo de atuação de cinco anos e o tempo máximo de quarenta anos.

Quadro 5 – Tempo de atuação como assistente social dos sujeitos da pesquisa

Nome	Tempo de atuação como assistente social
Eleonor	37 anos
Carolina	5 anos
Camila	6 anos
Geni	40 anos
Lucy	5 anos e 6 meses
Layla	34 anos
Fátima	25 anos
Beth	14 anos

O Quadro 6 a seguir traz o tempo de atuação das assistentes sociais na área atual, revelando a diversidade de inserção profissional de cada uma a partir da conclusão da graduação. É possível observar que metade das profissionais atua há mais de dez anos na mesma área e a outra metade, em tempo igual ou inferior a seis anos.

Quadro 6 – Tempo de atuação na área atual dos sujeitos da pesquisa

Nome	Tempo de atuação na área atual
Eleonor	19 anos e 6 meses
Carolina	3 anos
Camila	1 ano e 3 meses
Geni	22 anos
Lucy	3 anos e 6 meses
Layla	19 anos
Fátima	12 anos e 6 meses
Beth	6 anos

O Quadro 7 revela quais profissionais realizaram ou não pós-graduação, se quem realizou foi na modalidade *lato sensu* ou *stricto sensu* e a instituição em que foi feita. Verifica-se, pelo quadro, que apenas três assistentes sociais deram continuidade à formação profissional para além da graduação, o que não irá determinar, necessariamente, de modo integral, suas percepções, mas irá influenciar suas análises sobre as questões abordadas na entrevista, como veremos no decorrer dos capítulos deste livro.

Quadro 7 – Realização ou não de pós-graduação pelos sujeitos da pesquisa, modalidade e instituição

Nome	Pós-graduação
Eleonor	Não realizou
Carolina	Programa de Aprimoramento Profissional (Saúde/Causas externas) – Unicamp
Camila	Não realizou
Geni	Não realizou
Lucy	Não realizou
Layla	Mestrado – Unesp, doutorado – USP, especializações (Didática e Políticas Públicas) – USP e UnB
Fátima	Não realizou
Beth	Especialização (violência contra a mulher) – UEL

O processo de entrevista se deu de maneira diferente para cada uma das oito assistentes sociais que responderam às perguntas.

Inicialmente, foi elaborado um questionário para entrevista semiestruturada, apresentado no Apêndice A. Considerando as dificuldades na seleção dos sujeitos e as mudanças que a pesquisa de campo sofreu por sugestão da banca do exame geral de qualificação, responderam ao questionário inicial cinco profissionais, duas da área da Saúde, duas do Tribunal de Justiça e uma da Previdência Social.

As entrevistas foram agendadas previamente, momento em que foi esclarecido o objetivo da pesquisa, o modo como foi realizada e a manutenção do sigilo com relação à identidade das entrevistadas. Todas foram realizadas no ambiente de trabalho das assistentes sociais. Elas foram gravadas e posteriormente transcritas. Apenas a profissional Geni, no momento do encontro agendado, recusou-se a gravar a entrevista e pediu para responder às perguntas por escrito.

Esse questionário foi reformulado, considerando os apontamentos realizados pela banca de qualificação, e transformou-se no questionário apresentado no Apêndice B, o qual passou a ser utilizado para a realização das entrevistas.

Responderam a esse novo questionário os demais sujeitos da pesquisa: Layla, da Assistência Social, por meio de entrevista gravada; e Fátima e Beth, das Medidas Socioeducativas, por escrito. A forma de responder atendeu a pedido das profissionais, em decorrência da sua falta de tempo para a realização da entrevista pessoalmente.

Foi feito contato com as profissionais que responderam às questões da primeira etapa e solicitado que respondessem às perguntas complementares que aparecem no Apêndice C. Entretanto, apenas Carolina, Camila e Lucy concordaram em responder, e fizeram-no por escrito, alegando falta de tempo para um novo agendamento para a realização de entrevista gravada.

Geni não deu retornou aos nossos contatos para a continuidade da entrevista. Eleonor deu retorno, mas recusou-se a dar continuidade à entrevista, respondendo às demais questões, porque, no nosso primeiro contato, foi dito que seria realizada apenas uma entrevista. Assim, mesmo recebendo explicações sobre os motivos da

mudança, ligadas às sugestões da banca de qualificação, manteve a sua recusa.

Diante do exposto, fica evidente que não foram todas as profissionais que responderam a todas as perguntas, o que provocou diferenças de conteúdos, mas trouxe um dado significativo, percebido nas falas das profissionais que se recusaram a participar de todo o processo (Geni e Eleonor), com relação aos assuntos abordados no roteiro inicial da pesquisa.

Ao longo dos capítulos deste livro traçaremos um panorama geral sobre o trabalho, a formação e os dilemas vivenciados pelas profissionais participantes da pesquisa, realizando a devida particularização desses contextos para o Serviço Social.

Considerando o momento histórico em que a profissão surgiu, analisaremos criticamente a conjuntura em que se deu o desenvolvimento e a profissionalização do Serviço Social, passando pela ditadura militar e pelo chamado processo de democratização do país, eventos que muito influenciaram a profissão.

A partir do movimento de reconceituação ocorrido no Serviço Social a partir da década de 1960, damos destaque ao surgimento e ao amadurecimento da vertente crítica, em contexto marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, como um marco no fortalecimento da democracia. Já na década de 1990, o ideário neoliberal irá marcar as medidas econômicas adotadas e a condução das políticas públicas, imprimindo uma regressão no campo dos direitos sociais e afetando o campo de trabalho dos assistentes sociais, os quais atuam diretamente com as diversas expressões da "questão social".

Analisaremos a política de educação em curso no Brasil, especificamente em relação ao ensino superior, para discutir a formação profissional dos assistentes sociais nesse contexto, abarcando as transformações do mundo do trabalho, elementos centrais para a análise dos dilemas vivenciados hoje pelos profissionais no seu trabalho cotidiano.

O Capítulo 1 propõe uma reflexão sobre o modo de produção capitalista, abarcando aspectos relativos à categoria trabalho e às configurações do mundo do trabalho.

Considerando o papel do Estado frente às políticas sociais no contexto do neoliberalismo, nesse capítulo são expostos os determinantes do modo de produção capitalista para a chamada "questão social" e o surgimento do Serviço Social enquanto resposta do Estado às mazelas sociais.

A profissão é situada na divisão sociotécnica do trabalho e o assistente social é considerado um trabalhador sujeito às mais diversas condições de trabalho, trazendo à tona a contradição acerca dessa condição do profissional, que também é chamado a intervir na realidade concreta da qual faz parte.

No Capítulo 1 também é discutido o processo de reconceituação do Serviço Social, enfatizando a construção do arcabouço teórico da profissão.

O Capítulo 2 aborda a formação profissional em diferentes momentos atravessados pela profissão. Fica claro que cada um desses momentos influencia a relação do Serviço Social com as diferentes matrizes teórico-metodológicas, configurando-se um quadro em que a história da profissão atravessa a formação profissional.

Essa discussão se dá a partir da compreensão acerca da política de educação superior no Brasil, como condição para a análise da sua particularização no contexto da formação em Serviço Social.

A partir da visão sobre a formação profissional apontamos o dilema vivenciado pelas assistentes sociais, as quais, com uma formação específica, deparam com as diversas questões que lhes são impostas pela conjuntura.

O Capítulo 3 trata justamente dos dilemas, dos conflitos e das dificuldades das assistentes sociais diante das condições concretas de trabalho e da sua formação. Nesse contexto, emerge a questão do referencial teórico-metodológico que deveria orientar seu pensar e seu agir profissional.

Nesse capítulo discutimos a relação teoria e prática, considerando a existência do pluralismo, do ecletismo e do sincretismo nos aspectos teóricos e práticos do Serviço Social, abrindo caminho para a análise das dificuldades vivenciadas pelas profissionais com relação ao entendimento do referencial teórico-metodológico como norteador de seu trabalho.

Esperamos que este livro contribua para a reflexão sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais e sobre suas dificuldades para pensar seu referencial teórico-metodológico, o qual não deve estar desconectado das dimensões técnico-operativas e ético-políticas.

Entendemos necessária tal reflexão porque ela promove para o profissional a crítica necessária para enfrentar as dificuldades que enfrenta no seu trabalho cotidiano e exige dele capacidade de leitura para decidir acerca do potencial do trabalho a realizar diante das mais diversas demandas, todas bastante complexas, variando de acordo com a área de atuação.

Valemo-nos da afirmativa de José Fernando Silva (2013) para abordar o processo de construção e sistematização do conhecimento, realizado aqui a partir de diferentes temas e dos dados captados por meio da pesquisa de campo, feita em contato direto com a realidade concreta dos profissionais:

> Toda produção de conhecimentos autêntica extrai da realidade e do próprio movimento sócio-histórico os elementos de sua elaboração (com o apoio do pensamento), processo que permite capturar (ainda que não exatamente) a universalidade do complexo estudado e explicar, por meio de múltiplas mediações, os fatos singulares da vida que também se expressam em dramas imediatamente pessoais com os quais os assistentes sociais lidam cotidianamente. (p.22)

Consideramos que, como qualquer elaboração teórica, o estudo que originou este livro também apresenta particularidades no que diz respeito ao seu alcance e limite, mas para nós mostra-se já grande e intenso o caminho percorrido até aqui, iluminado por um método que nos permitiu a construção das mediações necessárias ao entendimento dos propósitos da pesquisa.

Apesar das dificuldades enfrentadas, buscamos uma pesquisa ética e comprometida, que perseguiu incessantemente o método apresentado, como meio para desvelar as mais diversas questões que se colocam para nós, profissionais, no tempo presente.

1
Capitalismo, trabalho e Serviço Social

As determinações do modo de produção capitalista para o Serviço Social e a centralidade da categoria trabalho

Considerando a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social, mostra-se necessária a realização de uma reflexão acerca das determinações do capital sobre a conjuntura em que se deu a construção da profissão e na qual hoje ocorre o exercício profissional, abarcando também a centralidade da categoria trabalho e as configurações do mundo do trabalho.

Essa conexão é ratificada na medida em que entendemos a emergência da profissão como uma variável da idade do monopólio: "[...] enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social" (Paulo Netto, 1996a, p.70).

A discussão sobre as determinações da sociabilidade em que vivemos para o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social servirá de fio condutor para a reflexão sobre uma questão mais específica: partindo dessa conjuntura, quais seriam as demandas colocadas para o assistente social e suas dificuldades para intervir

sobre elas, considerando que esse profissional também é um trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho?

Para realizar essa análise, tomaremos como base o movimento dialético, considerando que "o caminho do pensamento e do conhecimento é uma ininterrupta oscilação acima e abaixo da singularidade à totalidade e desta para aquela" (Lukács, 1966, p.207-8, tradução nossa).

Ao falarmos sobre o trabalho profissional do assistente social no contexto da sociabilidade burguesa, consideramos como um dos aspectos centrais para a análise a centralidade da categoria trabalho, expressa de maneira enfática na afirmação: "[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianeidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas" (Antunes, 1995, p.121).

O profissional de Serviço Social é concebido, nessa perspectiva, como um ser social que trabalha, sob dada condição concreta, porém dotado de potencial para a criação, já que o ato teleológico, elemento constitutivo central do trabalho, é que funda a especificidade do ser social, o qual cria e renova as próprias condições de sobrevivência na busca da produção e reprodução da sua vida societal e luta pela sobrevivência. Sua gênese está baseada no trabalho, assim como sua elevação em relação à sua própria base e aquisição de autonomia (Antunes, 2003).

O trabalho é um elemento central na vida do ser social. Possibilita sua sobrevivência e dá sentido para ela. A categoria trabalho, na sua centralidade, faz que o homem, ao trabalhar o mundo objetivo, se prove de maneira efetiva como um ser genérico (Marx, 1983). Cabe ao trabalho inclusive o predomínio no desenvolvimento do mundo dos homens, uma vez que somente nele se vê o novo a impulsionar a humanidade a patamares superiores de sociabilidade (Lessa, 1996).

O capitalismo, a partir do seu processo de desenvolvimento, crise e recriação, vem determinando, de maneira perversa, uma conjuntura na qual o trabalho tem seu sentido subvertido, afetando diretamente a vida do ser social, na medida em que limita suas pos-

sibilidades de desenvolvimento e cerceia as chances de ampliação de uma "vida cheia de sentido" (Antunes, 1995), desvalorizando suas potencialidades.

Na análise sobre o modo de produção capitalista e suas determinações, devem-se problematizar os traços predominantes na configuração do capitalismo contemporâneo, apreendidos numa relação de continuidade e ruptura, associando traços antigos e novos, que promovem um desenvolvimento desigual e combinado no qual "coexistem, se convertem e se amalgamam formas arcaicas e modernas" (Guerra, 2013, p.236).

Diante da atual configuração do modo de produção capitalista e de suas consequências para a vida dos seres sociais, Guerra (2013) afirma:

> [...] a atual crise do capital, seus antigos e reatualizados modelos de produção/reprodução e de acumulação incidem na construção das subjetividades, constituindo um sujeito que adere, acriticamente, ao fetiche oriundo do processo de financeirização do capital, não apenas respondendo, mas incorporando sua racionalidade como modo de ser, pensar e agir. (p.236)

No processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, apesar das muitas mudanças nele ocorridas que afetam diretamente a organização do trabalho e, em consequência, os trabalhadores, o que na realidade aconteceu foi uma mutação no padrão de acumulação, e não no modo de produção em si, que prosseguiu com a intensificação e a exploração do trabalho. Como aponta Guerra (2013):

> O atual padrão de acumulação que Harvey (2004) chama de "despossessão", que caracteriza o novo imperialismo, atualizando as relações de dependência e exploração entre os países, é expressão da atual crise do capitalismo e alcança um grau de complexidade e aprofundamento nunca antes sequer presumido pelos analistas, exigindo processos de restauração do capital, produzindo mudanças das mais significativas, especialmente no que tange ao papel do

> Estado, cuja presença na economia e na regulação do mercado de trabalho se torna cada vez mais forte. (p.235)

Ainda segundo o autor: "Conforme argumenta Harvey (2004), no novo imperialismo, a acumulação de capital se realiza (des)apossando a classe trabalhadora materialmente e no campo dos direitos humanos e sociais" (p.235).

Mészáros (2006) realça a necessidade de se compreender os elementos que compõem o funcionamento do sistema de capital, de maneira que se possa desvelar suas determinações, numa perspectiva histórica:

> [...] é preciso entender a dialética objetiva da *contingência* e da *necessidade*, assim como do *histórico* e do *trans-histórico* no contexto do modo de funcionamento do sistema do capital. Esses são os parâmetros categorizadores que ajudam a identificar os *limites* relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital se afirma *trans-historicamente*, através de muitos séculos. (p.184-5)

A partir da compreensão desse modo de produção como um processo em constante mutação e com diversas determinações, retomamos a discussão sobre a categoria trabalho e sua centralidade, usando como referência uma importante questão apresentada por Antunes (1995): "O trabalho não é mais, para lembrar Lukács, protoforma da atividade dos seres sociais ou, para recordar Marx, necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza?" (p.36).

O mesmo autor aponta os elementos necessários para a formulação de uma resposta minimamente aceitável: "Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado" (p.123), assim: "Como resultante da forma de trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social" (p.124).

Temos então a vida do ser social sendo determinada por condições objetivas, compondo um contexto de alienação e de cerceamento da autonomia e das possibilidades de mudança. Segundo Heller (1985):

> Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. [...] Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; [...] mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. (p.38)

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deixa de significar a potencialização das capacidades do homem genérico para constituir o aumento da miséria e das tragédias humanas (Lessa, 1996). Nesse sentido, Marx (1983) afirma:

> [...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, [...] portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, [...] não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. (p.153)

A partir dessas determinações colocadas pelo capital, o Estado é chamado a intervir para lidar com as consequências trazidas pela perversidade desse modo de produção, que, contraditoriamente, explora e degrada o trabalhador, ao mesmo tempo que necessita dele para sua produção e reprodução.

As respostas do Estado à "questão social emergente"[1] serão diversas, de acordo com o momento histórico em análise. Dessa maneira, podemos identificar claramente a função do surgimento e do desenvolvimento do Serviço Social na conjuntura brasileira. Como escreve José Fernando Silva (2013):

> A análise sobre a gênese do Serviço Social como profissão é impensável fora dos marcos da ordem burguesa, da sua sociabilidade e suas inerentes contradições fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. (p.29)

O autor complementa:

> Posto isso, não há como contestar: as protoformas do Serviço Social brasileiro, seu aperfeiçoamento e sua institucionalização – que lhe garantiram o estatuto de profissão na divisão sociotécnica do trabalho –, estiveram sempre e organicamente vinculados à manutenção da ordem. Esse ingrediente encontra-se na gênese do Serviço Social, sendo, por isso, insuprimível desde que mantidas as bases da sociabilidade burguesa. (p.81)

É preciso, portanto, compreender a gênese do Serviço Social organicamente vinculada à sociabilidade burguesa, configurando um processo que, no caso brasileiro, irá se desenvolver no início do século XX, especificamente na década de 1930, período no qual são fundadas as protoformas do Serviço Social brasileiro, década que também marca a gênese das políticas sociais no Brasil.

É justamente na emergência do capitalismo monopolista que o Estado burguês se vê chamado a intervir na "questão social", administrando suas expressões e garantindo a preservação e o controle da força de trabalho. Essa intervenção estatal se dá mediante

---

1 Para aprofundar o debate sobre a questão social, tal qual a compreendemos neste estudo, ver Marx (1984).

exigências econômico-sociais, mas também por conta do protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, aliando-se a isso o dinamismo político e cultural que passou a permear a sociedade burguesa, com as diferenciações no interior da estrutura de classes. Segundo José Fernando Silva (2013):

> Foi nesse terreno sócio-histórico de ampliação dos serviços e constituição das grandes instituições estatais e privadas, racionalização, tecnização e especialização das ações profissionais, com o objetivo de aprimorar e aperfeiçoar as formas de controle das mazelas sociais, que o Serviço Social surgiu como uma profissão privilegiada e socialmente legitimada para lidar com a "questão social". (p.125)

Portanto, o Serviço Social surge porque existe uma questão social emergente, a qual pode ser interpretada de diversas maneiras. Neste livro, entendemos essa questão, com o auxílio de Iamamoto (2006), como sendo a expressão de

> [...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (p.17)

Pensando no surgimento da intervenção social na emergência dessa sociedade capitalista, temos a constituição do Serviço Social como profissão apenas quando este rompe com as formas filantrópicas e assistenciais anteriores. A profissionalização do assistente social se dá justamente quando sua atuação passa a ocorrer no contexto de organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social, apesar de ter mantido esse referencial, o qual determinou sua prática por vários anos.

O mercado de trabalho criado para o assistente social é como executor das políticas sociais, e a massividade da relação profissio-

nal assalariada marca o caráter efetivamente não liberal de seu exercício. A afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional se darão com a inter-relação de dois aspectos: o das demandas socialmente colocadas para o assistente social e o das reservas próprias de forças teóricas e prático-sociais (Paulo Netto, 1996a).

Mais adiante veremos que a redefinição desse estatuto profissional irá decorrer da incorporação de novas e diferentes matrizes teórico-culturais, trazendo importantes elementos para a discussão dessa construção operada na profissão, como o sincretismo, o ecletismo e o pluralismo.

José Paulo Netto (1996a) salienta sobre essa redefinição:

> [...] contando com as práticas das suas protoformas, [o Serviço Social] não se legitima socialmente por resultantes muito diversas. A sua prática, orientada por um sistema de saber e inserida institucionalmente no espectro da divisão social e técnica do trabalho, não vai muito além de práticas sem estes atributos. (p.99)

Aliando-se a essa discussão o componente referente ao contexto político no Brasil, no qual se seguiram as várias etapas do processo de constituição da profissão, merece relevância o contexto determinado pela ditadura militar. Para José Paulo Netto (2006):

> A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiterações [...]. (p.136)

Ou seja, várias tendências com as quais a profissão se enriqueceu foram se definindo e se desenvolvendo, formando o seu constructo atual.

A importância desse momento histórico do país para o desenvolvimento da profissão reside no fato de que, segundo Paulo Netto (2006):

> A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. É desnecessário dizer que esta repercussão não foi idílica: envolveu fortes polêmicas e diferenciações no corpo profissional – o que, por outra parte, é uma saudável implicação da luta de ideias. (p.11)

As forças políticas que incidem nas condições e nas relações de trabalho do assistente social envolvem uma série de mediações que, por sua vez, incidem no processamento da ação e nos resultados projetados tanto individual como coletivamente, pois "[...] a história é o resultado de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social" (Iamamoto, 2008, p.230).

A ditadura, portanto, muito influenciou o desenvolvimento do Serviço Social. Também o processo de democratização, a partir da década de 1980, influiu na profissão, impulsionando-a a rever seu significado e sua inserção na sociedade. Essas influências são verificadas no Movimento de Reconceituação, que experimentou diferentes momentos, a partir do contexto político de cada fase desse processo.

Trabalho profissional sob a égide do capital: o assistente social enquanto trabalhador

Faremos agora a discussão sobre como se dá o exercício profissional do assistente social na conjuntura na qual é chamado a intervir, sob determinadas condições, como um trabalhador, com uma formação específica, questão que será desenvolvida no Capítulo 2.

Para a discussão sobre as condições de trabalho do assistente social, partimos do pressuposto de que, como observa José Fernando Silva (2013),

> [...] situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, é condição básica para explicar o significado social dessa profissão e para endossar uma atuação profissional inspirada no ponto de vista da totalidade. (p.23)

Nesse sentido, salientamos que, conforme Braz e Rodrigues (2013):

> [...] os novos valores veiculados no mundo do capital não envolvem apenas a esfera da produção. Envolvem, de modo mediato, o conjunto das relações sociais, incluindo diversas modalidades de práticas para além do espaço fabril, nas quais se incluem, dentre outras especializações do trabalho coletivo, o Serviço Social. (p.262)

Analisando as condições concretas com que o profissional depara no trabalho, Guerra (2010) afirma:

> [...] como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizados e quase totalmente destituídos de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada "questão social", que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para a profissão. Tais respostas, que não são neutras, dependem de o profissional assumir a sua condição de trabalhador assalariado e do domínio de um referencial teórico-metodológico que o ajude a fazer a leitura mais correta dessa realidade. (p.716-7)

A reflexão do autor traz a situação do profissional para o contexto da realidade social determinada pelo capitalismo, apontando a importância de ele ter a devida clareza sobre sua condição, contando com um referencial teórico-metodológico que deverá orientar suas análises e sua atuação.

Essa questão aparece ratificada na seguinte afirmativa de uma das participantes da pesquisa, que, apesar de não aprofundar a reflexão, expõe o conflito que o profissional enfrenta entre o referencial teórico-metodológico e a realidade objetiva.

> Enquanto profissional, *tentamos lançar mão de referencial* que busca o conhecimento da totalidade e do indivíduo como protagonista de sua história, com capacidade de emancipação. Em contrapartida, *nos deparamos com posturas conservadoras*, autoritárias, discriminatórias, tecnocratas e clientelistas enfraquecendo o direito à liberdade e emancipação dos sujeitos e consequentemente enfraquecendo a efetividade da ação do profissional. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Guerra (2010) enumera os conflitos existentes na realidade concreta em que se realiza o trabalho dos assistentes sociais e que incidem diretamente no exercício profissional.

> A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras. (p.719)

Os aspectos citados configuram um quadro que traz diversas implicações para as respostas que o assistente social é chamado a

dar no seu trabalho cotidiano. Isso porque, além de atender a demanda que se lhe apresenta na forma de expressões da "questão social", o profissional se vê como parte dessa realidade e também sofre com as determinações decorrentes da forma como a sociedade está organizada. José Fernando Silva (2013) ressalta:

> É preciso destacar que a sociabilidade em curso não apenas engessa o profissional nas suas relações de trabalho assalariado–estranhado, mas também, simultaneamente, endurece sua "alma crítica" (vista como desnecessária), retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa. (p.129)

Iamamoto (2006) também discute essa questão, enfatizando a tensão existente entre a autonomia profissional e a condição assalariada do assistente social. Considera que, mesmo com a regulamentação do Serviço Social como uma profissão liberal, que dispõe de estatutos legais e éticos que lhe atribuem autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, está sujeito a um contrato de trabalho com organismos empregadores, públicos ou privados, pelo qual se afirma como trabalhador assalariado.

Guerra (2010) faz esta observação sobre as consequências da degradação das condições de trabalho para esse profissional:

> Muito raramente a literatura produzida no Serviço Social se debruça sobre as consequências geradas pela degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais. Por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acríticas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes. (p.722)

Essa importante questão relativa às condições de trabalho do assistente social inserido na sociabilidade burguesa e chamado a atender determinada demanda foi várias vezes apontada pelas profissionais nas entrevistas da pesquisa de campo. Reproduzimos a seguir as falas que consideramos mais representativas com relação a essa questão, que falam da satisfação ou não das profissionais com suas condições de trabalho com relação a salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências etc.

> Eu estou parcialmente satisfeita, mas acredito que a contratação de mais profissionais e reformas na estrutura física do setor proporcionariam agilidade no atendimento dos processos. (Camila – assistente social – entrevista)

> O trabalho respeita a nova carga horário de 30 horas semanais, as relações entre a equipe são boas, decisões e dúvidas são discutidas em grupo, porém as relações com os demais profissionais ainda não configuram trabalho interdisciplinar. A remuneração é muito precária, não acompanha o aumento anual inflacionário, não permite qualidade de vida, além de não remunerar, em valores ideais, a insalubridade e não remunerar periculosidade. A instituição proporciona curso e capacitações, assim como também auxilia, financeiramente, o funcionário para realizar as mesmas. (Carolina – assistente social – entrevista)

> Quanto ao salário e à carga horária, podem ser considerados satisfatórios. *Existe um fator dificultador, que é o de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas* e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Nessas colocações, observamos que aparecem aspectos positivos e negativos no que diz respeito às condições de trabalho, as quais, como já ressaltado e explicitado na última fala, irão influir diretamente no conteúdo do trabalho do assistente social.

Sobre essa mesma questão, destacamos a seguir outras falas que consideramos significativas, por abordarem de maneira mais aprofundada a relação entre as condições de trabalho, as relações estabelecidas (institucionais, com as demandas), a culpabilização do profissional e o conteúdo do trabalho realizado.

Nesta fala, é apontado esse conflito da profissão, assim como as possibilidades de enfrentamento que o assistente social possui, de uma maneira crítica e otimista, sem desconsiderar as dificuldades.

> [As condições de trabalho são] Como a de todos nós, num país capitalista e tudo... Nós estávamos falando justamente disso: a forma como a precarização do trabalho acontece, as formas como as relações de poder, num país que não é democrático, porque não é; o país não é democrático, as vias não são democráticas, as instituições não são democráticas... Então, o quanto a gente sofre com as relações de poder! [...] *É aquele jogo: o que tá aparente e o que tá oculto.* O que tá aparente é uma situação, é uma condição, e a forma como isso se estabelece fica oculta. E você fica sujeito! Então você tem condições de trabalho cada vez piores. E quando a gente fala em relações de poder, dentro das instituições públicas, também está falando de relações político-partidárias, e arbitrárias, e não democráticas... Por que qual é o interesse de quem usa essa via de fazer da sociedade uma sociedade mais democrática, mais igualitária? Nenhum! Mas na aparência... *Então aí as coisas não dão certo? Bom, "a culpa é dos profissionais"! Você culpabiliza o indivíduo.* "É o profissional que é ruim! Ah, funcionário público!" Sabe, é ruim mesmo! Então você não tem estrutura de trabalho, *você fica cavando possibilidades de dar mais qualidade pro seu trabalho, de humanizar o atendimento, de ter um ambiente mais acolhedor*, e na verdade a pessoa chega aqui e fala: que sujeira é essa? Porque faz oito meses que vocês tão sem uma pessoa para vir limpar! Quer dizer, o que você quer passar pra essa pessoa? Que pra pobre qualquer coisa tá bom? Tá bom, né! Falta só a instituição dizer pra você: "uai, mas a casa dela por um acaso é mais limpa que isso pra ela tá reclamando?" Porque qual é a mensagem que tá implícita aí: ah, não faz muita diferença. *Tem um*

> *jogo sutil, subjetivo, e que você precisa olhar, e fazer a crítica, pra você fazer o enfrentamento, porque senão você passa a acreditar!* [...] não adianta reclamar, *a gente precisa se fortalecer no coletivo e tentar fazer um enfrentamento!* Como nós vamos dar qualidade, como nós vamos fazer esse enfrentamento, e não deixar a instituição nos convencer, convencer a população de que nós somos uma porcaria mesmo! De que nós não temos competência técnica, de que nós não temos competência profissional, de que nós somos incompetentes, que não damos conta de desempenhar as nossas funções com mais qualidade. É difícil, e tem hora que eles fazem de tudo para nos desmobilizar [...] *Esse enfrentamento, ele é tecido nas relações*; e a gente não tem tempo! (Layla – assistente social – entrevista)

Em outro momento, essa mesma profissional irá situar a profissão, de maneira bastante clara, no contexto da centralidade e da precarização do trabalho na sociedade do capital, apontando as consequências disso não só para o exercício profissional, como também para a vida dos assistentes sociais.

> [...] O que está acontecendo com a nossa profissão é o que está acontecendo com a educação. Você vai na escola, você vê a situação dos professores, a situação física mesmo, de desgaste, de ganhar mal, então tem que ter dois, três empregos, trabalha longe... Quer dizer, *nós estamos sujeitos ao que todos os trabalhadores estão sujeitos, mas à medida que o seu espaço sócio-ocupacional vai se sucateando, a sua vida vai se sucateando*, e às vezes você percebe isso no aspecto das pessoas, na angústia, nas queixas... *E quando você não tem um recurso teórico pra fazer a crítica, e pra descolar da realidade um pouco, olhar pra ela e falar espera lá, o que acontece aqui, pra poder pensar isso de uma outra forma, você cai numa alienação que empobrece a sua vida, não só as suas relações de trabalho!* As nossas condições de trabalho não são fáceis, como as da grande maioria. Aí ficamos iguais, nos encontramos, porque é isso, o trabalho faz isso com a gente. E o discurso da instituição, como discurso social, é de que você é que é o incompetente, quem não tem competência não

> se estabelece, então, o incompetente é o profissional. A gente tem vivido muito isso. Porque nós lidamos assim com questões éticas, com a pressão da população, com a atuação da população... [...] *Mas também, se a gente não for enfrentar, aí é que nós vamos virar massa de manobra mesmo*. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso)

A fala a seguir pontua de maneira objetiva as dificuldades, contudo, não remete ao possível potencial que o assistente social teria para o enfrentamento dessa realidade.

> Com relação às relações institucionais. existem muitas mudanças na estrutura e na forma de gerir. *Temos uma aparente autonomia que é bastante controlada e que sofre severas intervenções internas e externas.* Há um parco investimento em relação à capacitação profissional, o espaço físico destinado ao trabalho do serviço social normalmente é um local inadequado e pouco sigiloso. Com relação ao salário/carga horária, o salário na maioria é muito baixo, levando muitas profissionais a terem dois empregos. *Quanto às exigências, quase todos os dias há uma nova norma ou comunicado interno de novas atribuições, porém a instituição não acompanha oferecendo condições para que possamos atender essas novas prerrogativas, acabando por vogar o pacto da mediocridade onde eu "faço de conta que faço e a instituição faz de conta que foi feito"*. (Beth – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Na fala a seguir, foram destacados vários aspectos concernentes às condições de trabalho da assistente social e apontadas as dificuldades impostas principalmente pela instituição empregadora, que configuram um contexto de inúmeros desafios para que os profissionais realizem seu trabalho de maneira crítica.

> Tenho uma boa remuneração, se comparada à média nacional, entretanto, o salário base é pequeno e *a maior parte da remuneração*

> *é variável e está vinculada ao cumprimento de metas, o que ocasiona um clima de pressão e insegurança*. As metas geralmente são relacionadas a tempos determinados para a realização de cada serviço. Se, por um lado, as metas contribuem para reduzir o tempo que o usuário espera para ter a resposta da sua solicitação, por outro lado, elas muitas vezes desconsideram problemas estruturais, como inoperância e instabilidade dos sistemas, insuficiência de servidores, falta de salas e equipamentos, entre outros, colocando a responsabilidade exclusivamente sobre o servidor. A relação com a equipe de Serviço Social da Gerência Executiva é muito boa, tendo em vista que os profissionais são críticos, propositivos e abertos para reflexão e troca de experiências. O diálogo com os outros setores envolve muitos limites e desafios e tem sido construído ao longo do tempo. Entretanto, o Serviço Social na instituição tem enfrentado problemas como: exigência, por parte de alguns gestores, de execução, pelos assistentes sociais, de ações estranhas às previstas na lei que regulamenta a profissão e no edital do concurso; nem todos os locais de atendimento garantem o devido sigilo profissional, de acordo com o que rege o Código de Ética Profissional; *falta de tempo para reflexão e estudo*; pouca participação na elaboração de projetos e tomada de decisões; mensuração do trabalho por meio de dados prioritariamente quantitativos, em detrimento dos qualitativos. É preciso lembrar que o Serviço Social [nesta instituição] passou por um período de quase desmonte e atualmente está tentando reconstruir o seu espaço, apesar de todos os limites e desafios. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Retomando aspectos da discussão anterior realizada neste capítulo sobre as protoformas do Serviço Social no que se refere ao seu modo de intervir nas mazelas sociais produzidas pelo capitalismo, modo este requisitado pelo Estado burguês, Guerra (2010) chama a atenção para o fato de que muitas práticas presentes nesse início da profissão ainda são vistas hoje como determinadas pelas condições objetivas em que se efetiva esse trabalho profissional na atualidade:

> Por se tratar de um exercício profissional que atua nas expressões da chamada questão social, que se manifesta no cotidiano da vida dos usuários dos serviços sociais e das políticas sociais, nossa intervenção não desvela seus fundamentos. Ao contrário, na imediaticidade do cotidiano, dadas as suas características estruturadoras, a tendência é de considerar a intervenção pelo seu resultado, sem buscar os seus fundamentos, e de realizar intervenções que concebam o indivíduo isolado da estrutura e contexto sócio-histórico, de modo a responsabilizá-lo, e mais ainda, a culpabilizá-lo pelo seu suposto sucesso ou fracasso, com o que subvertem-se princípios e diretrizes da formação profissional. (p.721)

Mais adiante, a autora fala sobre a importância da formação profissional no contexto dessa configuração atual do trabalho profissional, permeado por inúmeras dificuldades:

> Ora, o contexto que vivemos é propício aos apelos aos subjetivismos, adaptação de comportamentos, amenização de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito. Com isso, nem sempre o profissional percebe a incompatibilidade entre os objetivos institucionais e os profissionais, e, sobretudo, com os princípios do projeto ético-político e profissional. Tais elementos vêm implicando a emergência de novas demandas para o Serviço Social e a necessidade de redimensionar a formação profissional. (p.722)

Pensando nos aspectos que permearam a discussão feita neste capítulo, expressos sobretudo nas falas das profissionais entrevistadas, reproduzimos uma importante afirmação de Iamamoto (2006) que resume a inserção da profissão na sociabilidade atual:

> É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é pos-

> sível abstrair – ou deles fugir – porque tecem a trama da vida em sociedade. (p.17)

A autora contribui significativamente para o nosso estudo ao trazer:

> Transitar da análise da profissão para o seu efetivo exercício agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir no seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional. (p.214)

A fala a seguir aponta a importância de o assistente social reconhecer e desvelar as relações de trabalho para definir sua prática:

> [...] a forma como você constrói a relação profissional com essas pessoas e os marcos que você estabelece de fidelidade, de democracia, é o que possibilita que você não tenha uma prática alienada, que não faça a manutenção, que possa questionar as condições de trabalho, o nosso modo de vida, o que a gente pensa. [...] *a gente, enquanto assistente social, tem que fazer a crítica, tem que lutar, tem que trabalhar as vias democráticas, as vias da garantia de direitos, o tempo todo, porque é a possibilidade de enfrentamento que a gente tem. [...] Numa relação que é profissional, mas ela é permeada pela história, pela crítica, pelo referencial teórico-metodológico que a gente tem, pelos nossos marcos civilizatórios, pelo que a gente entende como conquista de direitos.* Isso tá aí o tempo todo. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso)

As falas permitem ponderar as diferenças identificadas, de acordo com a inserção de cada assistente social, se considerarmos que as relações por eles estabelecidas interferem decisivamente no exercício profissional, uma vez que "o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade" (Iamamoto, 2008, p.215).

A discussão realizada até o momento nos permite afirmar, junto com José Fernando Silva (2013):

> [...] não há como discutir a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais, sem considerar esse complexo cenário e as condições materiais objetivas determinadas pela economia-política (entendida como a produção e reprodução do ser social na sua totalidade). (p.122-3)

Essas condições objetivas que determinam o contexto de trabalho e de formação dos assistentes sociais perpassam também o processo de construção e desenvolvimento da profissão, deixando claro que as condições atuais do processo formativo e do exercício profissional são fruto desse processo.

O processo de reconceituação do Serviço Social e a construção do arcabouço teórico-metodológico da profissão

O processo de renovação do Serviço Social implicou a construção de um pluralismo profissional, ou seja, a existência de diferentes aportes teórico-metodológicos que vieram embasar a legitimação prática e a validação teórica da profissão.

O Movimento de Reconceituação ocorreu a partir da década de 1960 e representou uma tentativa da profissão de rever suas protoformas e a partir daí questionar seu referencial teórico-metodológico, bem como seu aparato técnico-operativo e sua postura

ético-política. Essa renovação aconteceu ao longo de diversas etapas, as quais detalharemos adiante.

José Paulo Netto (2005, p.135) considera que existem quatro "nós" decisivos do processo de renovação do Serviço Social: 1º) instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional; 2º) diferenciação das concepções profissionais, com o recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas (negando a homogeneidade); 3º) sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais; 4º) constituição de segmentos de vanguarda (investigação e pesquisa).

A partir desses nós, falaremos sobre o desenvolvimento do processo de reconceituação a partir das diferentes linhas teórico-metodológicas que se fizeram presentes no movimento.

Considerando a heterogeneidade desse processo, temos que, de acordo com Paulo Netto (2005):

> A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiterações. (p.136)

As práticas profissionais próprias do Serviço Social tradicional serão contestadas a partir do momento em que sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, diante dos próprios resultados que produz. Some-se a isso a contestação social dos anos de 1960 no cenário nacional, que irá se internalizar no Serviço Social, metamorfoseando-se em problemática profissional.

A reconceituação do Serviço Social no Brasil é parte integrante de um processo no qual se via a urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina. Entretanto, tal processo não se dá sem dificuldades: com a ausência de uma ruptura total com a tradição e com a evolução dos protagonistas da renovação, ocorre uma sobreposição de re-

ferenciais teóricos, concepções ideológicas e indicativos prático-profissionais, ou seja, as linhas de desenvolvimento se misturam.

O Movimento de Reconceituação ocorrido no Serviço Social a partir da década de 1960 foi marcado principalmente pelo questionamento da profissão no que diz respeito a finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional. Os últimos vinte anos representaram um processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, em contrapartida ao revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam (Iamamoto, 2008).

Na obra de Paulo Netto (2005) são descritas três direções constitutivas do processo de renovação: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva renovadora (proposta de ruptura com o Serviço Social tradicional).

A perspectiva modernizadora é a primeira expressão da renovação do Serviço Social. O principal intelectual dessa tendência é José Lucena Dantas, o qual trouxe as contribuições mais significativas, assumindo posição de destaque no movimento.

Tal perspectiva apresenta um lastro eclético, com a recusa ao rompimento com o estatuto e a funcionalidade subalternos do Serviço Social: o assistente social se insere nesse contexto como um "real funcionário do desenvolvimento". Segundo Yazbek (2009):

> No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. (p.6)

A afirmação dessa perspectiva se dá com a realização do Seminário de Araxá, no qual será discutido o sentido sociotécnico do Serviço Social. Seu conteúdo é reformista, capturando o tradicional sob novas bases, com uma tônica mudancista. O indivíduo é considerado desajustado por conta de estruturas inadequadas e os objetos de intervenção são as "situações sociais-problema".

A dominância teórica do Documento de Araxá, construto final do seminário, é o referencial estrutural-funcionalista, propondo uma intervenção congruente com a dinâmica da autocracia burguesa.

A cristalização dessa perspectiva se dá com a realização do Seminário de Teresópolis, onde ocorrerá o coroamento do transformismo. A tônica dessa discussão será a operacionalidade do Serviço Social, ou seja, um redimensionamento metodológico, com a busca da definição de um modelo de prática ou método profissional com fundamentação científica.

Para Paulo Netto (2005), a produção de Lucena Dantas não constitui algo sólido diante daquilo a que inicialmente se propõe. Tal concepção científica irá estabelecer conexões superficiais entre os dados empíricos da vida social para que se possa intervir metodicamente sobre elas.

O deslocamento da perspectiva modernizadora se dará com a realização dos seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista, os quais tiveram uma repercussão menor em comparação com os dois primeiros, diante de sua pobreza teórica e do simplismo das intervenções dos conferencistas.

Nesses dois seminários já aparece a perspectiva de reatualização do conservadorismo, e as concepções conservadoras assumirão uma nova roupagem.

Essa perspectiva traz uma exigência e uma valorização enérgicas de elaboração teórica que se estende ao nível da formação. Há a recusa aos padrões teórico-metodológicos próprios da tradição positivista, com a crítica à interpretação causalista da socialidade e à assepsia ideológica do conhecimento.

A inspiração dessa perspectiva é fenomenológica, porém, por meio do uso de fontes secundárias, observa-se um processo de simplificação, marcado pelo ecletismo. Paulo Netto (2005) considera como expoentes dessa perspectiva as autoras Ana Augusta Almeida e Ana Maria Braz Pavão.

Almeida é a responsável pela formulação seminal dessa vertente no processo de renovação, ao elaborar a "nova proposta", que traz o conceito de transformação social, a dimensão social presente na dimensão pessoal e a visão personalista, tendo como marco desse referencial teórico-metodológico a tríade diálogo, pessoa e transformação social.

Para Paulo Netto (2005), a nova proposta de Almeida não desborda o terreno do tradicionalismo profissional, e sim recupera a herança psicossocial, com a centralização nas dinâmicas individuais, por meio de um viés psicologizante.

O autor cita também, como colaboradora dessa perspectiva, Anésia de Souza Carvalho, a única que se aproximou de fontes originais (Merleau-Ponty). Entretanto, aqui ainda se mantém o viés do subjetivismo e da circunscrição individual, com a proposta de intervenções microscópicas frente às situações sociais-problema, na linha da ajuda psicossocial.

A perspectiva renovadora do Serviço Social vem propor uma ruptura. Faz a crítica aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos do Serviço Social tradicional, recorrendo, para isso, à tradição marxista. Conforme Yazbek (2009):

> É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (p.7)

Essa perspectiva irá se confrontar com a autocracia burguesa, denotando seu ineliminável caráter de oposição. Depende da li-

berdade democrática para avançar, dada sua interação com o movimento das classes sociais, e traz as principais questões relativas à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade.

Apresenta grande vinculação com a universidade, já que o espaço acadêmico era menos adverso do que outros espaços às apostas de rompimento, dada a vigência do período militar fascista. Em contrapartida, as experiências de extensão universitária vivenciadas na época buscarão romper com o isolamento intelectual.

Apesar dos avanços que tal perspectiva representa para o desenvolvimento da profissão, observa-se uma incidência prático-operacional limitada, se comparada às outras vertentes. Paulo Netto (2005) ressalta:

> [...] o que se verifica é uma dupla dificuldade na relação das vanguardas afetas à intenção de ruptura com o grosso da categoria profissional. De um lado, há um descompasso entre o universo simbólico a que a produção teórico-metodológica e profissional das vanguardas remete e aquele que parece pertinente à massa da categoria – e para este descompasso tanto contribui a formulação nem sempre límpida das vanguardas (condicionada por exigências de comunicação teórica mais rigorosa e/ou pelos vieses da academia) quanto o próprio empobrecimento cultural recente do assistente social (determinado basicamente pela degradação do nível da formação na universidade refuncionalizada pela ditadura). É óbvio que cabe aos protagonistas da renovação a tarefa principal na superação deste gargalo. A outra dificuldade relaciona-se à pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que esta perspectiva tem oferecido aos profissionais – mais precisamente, à inadequação entre muitos dos seus indicativos e as condições objetivas do exercício profissional pela massa da categoria. (p.254-5)

Como veremos adiante, essa dificuldade apontada pelo autor com relação à vertente de ruptura e os rebatimentos desta no trabalho cotidiano do assistente social são questões extremamente

atuais, sobretudo se considerarmos tal dificuldade à luz da formação profissional, apontando as limitações existentes para que os profissionais se apropriem de modo crítico de dada perspectiva teórico-metodológica.

A superficialidade dos indicativos práticos para a operacionalização dessa perspectiva, apontada por Paulo Netto (2005), é corroborada por Santos (2012), que pontua:

> [...] a incorporação no Serviço Social do referencial teórico marxista – característica do movimento de renovação dessa área em sua direção de intenção de ruptura – não se viu acompanhada de um arsenal de instrumentos e técnicas próprios que objetivasse uma prática coerente com essa teoria. (p.1)

Para Paulo Netto (2005), existem três momentos constitutivos da perspectiva de intenção de ruptura: sua emersão, sua consolidação acadêmica e seu posterior espraiamento sobre a categoria profissional.

O projeto de ruptura remete à tradição marxista, explícita ou discretamente, entretanto, isso se dá de diferentes maneiras ao longo do processo. Na sua emersão, aproxima-se da tradição marxista pelo viés da militância política. Em seguida, dominará o "marxismo acadêmico", compreendendo o recurso às fontes originais e, mais à frente, a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional. Ademais, o lastro eclético percorrerá todas as formulações.

Sua emergência data da década de 1970, mais precisamente, entre os anos de 1972 e 1975, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. É em Belo Horizonte que aparece a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura, com a elaboração de uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional.

Essa formulação apresenta limitações com relação ao viés da tradição marxista que incorpora, chamado por Paulo Netto (2005) de marxismo sem Marx ou marxismo vulgar.

> O "marxismo sem Marx" que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa síntese que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do *marxismo vulgar*, necessariamente eclético (Lukács, 1974). Assim é que o "Método Belo Horizonte", combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (p.287-8)

Leila Lima Santos e Vicente de Paula Faleiros são considerados importantes autores dessa perspectiva. O último é responsável pela produção que significativamente contribuiu para a emergência e o desenvolvimento da intenção de ruptura, ultrapassando o viés militantista, por meio da incorporação de novos referenciais.

A partir da década de 1980, tem início a visão crítica sobre a explicação da sociedade e do exercício profissional nela inscrito e também sobre o ideário profissional, imprimindo um modo de pensar construído na sua trajetória histórica. Segundo Iamamoto (2008):

> Esse avanço se expressa na ultrapassagem da mera denúncia do tradicionalismo profissional ao efetivo enfrentamento de seus dilemas, tanto na construção da crítica teórica quanto na elucidação de seus limites socioculturais e políticos na condução do trabalho profissional; no empenho em superar "metodologismos" a favor de uma maior proximidade do Serviço Social com as grandes matrizes do pensamento social na modernidade, delas extraindo os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar as possibilidades de sua atuação. (p.237)

A perspectiva teórico-metodológica amparada na teoria de Marx assumiu posição central e importância incontestável no processo de

fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos da profissão. Yazbek (2009) escreve:

> Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas convenções, congressos, encontros e seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. Netto, 1996, p.111) e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas. (p.11)

Para Paulo Netto (2005), existem dois tempos fundamentais na construção da intenção de ruptura: o "Método BH" e a obra de Marilda Vilela Iamamoto, esta última o sinal da maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, erradicando as contrafações empiristas, formalistas e (neo)positivistas.

> Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem sucedida, no debate brasileiro, da fonte "clássica" da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil. (p.276)

Para o autor, Iamamoto "[...] procura compreender o significado social do 'exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente da sociedade brasileira'" (p.290). A autora possui uma justa compreensão

da postura teórico-metodológica marxiana, comprometendo-se com a perspectiva ontológica original de Marx e superando os vieses mais generalizados da tradição marxista. Interpreta o Serviço Social a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, supondo que o redimensionamento político da profissão está condicionado ao atendimento de novas requisições teóricas e intelectuais.

Dessa forma, Paulo Netto (2005) considera que a produção de Iamamoto representa um marco no processo de renovação do Serviço Social:

> [...] a partir de meados dos anos 80, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante, e, sobretudo, produtivo. (p.267)

O autor finaliza seu estudo sobre as contribuições de Iamamoto ponderando que, apesar da falta do suporte de análises mais modernas da ordem burguesa, sua obra constitui um marco no desenvolvimento da intenção de ruptura:

> Em todas as direções e perspectivas do processo de renovação profissional levado a cabo no Brasil, constatamos as marcas do sincretismo (com seu inevitável acólito, o ecletismo) que persegue historicamente as (auto)representações do Serviço Social, sempre repostas quando a profissão pretende fundar-se como campo específico do saber ou lastrear a sua legitimidade numa base "científica". Mesmo a análise da perspectiva da intenção de ruptura mostra a enorme dificuldade para superar esta problemática – o que só parece possível quando a especificidade profissional é transladada para a sua inserção na reprodução das relações sociais, compreendendo-se a profissão como tecnologia social (como o faz Iamamoto). (p.307)

O processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, ocorrido a partir da tradição

marxista, se dá mediante um debate plural que, mesmo sugerindo a convivência e o diálogo de diferentes tendências, supõe uma direção hegemônica. "A questão do pluralismo, sem dúvida uma das questões do tempo presente, desde os anos 80 vem se constituindo objeto de polêmicas e reflexões do Serviço Social" (Yazbek, 2009, p.11-2).

Cabe retomarmos as palavras de Paulo Netto (1989) com relação às contribuições que a tradição marxista pode oferecer ao Serviço Social: melhor compreensão do significado social da profissão, melhor visualização da intervenção socioprofissional e dinamização da elaboração teórica dos assistentes sociais.

Para que a tradição marxista traga os contributos necessários para o Serviço Social, Iamamoto (2008) aponta para uma importante questão sobre sua apropriação e manipulação:

> No campo da tradição marxista, verifica-se uma preocupação em incorporar as contribuições de Marx não "evangelicamente", mas como um "manancial inesgotável de sugestões" (Luxemburgo, 1960, p.393), que necessitam ser atualizadas por meio da pesquisa histórica criadora a partir das condições particulares da sociedade brasileira. Esse é um pré-requisito indispensável para que possam iluminar novas perspectivas para o exercício profissional cotidiano. (p.236)

Ademais, é inegável a contribuição oferecida pela teoria marxiana para que a profissão pudesse de fato analisar criticamente seu exercício profissional e a realidade social que se coloca cotidianamente no trabalho do assistente social, tendo como elemento norteador os princípios do projeto ético-político construídos e reafirmados ao longo da história do Serviço Social.

Essa contribuição é percebida a partir de uma abordagem histórica sobre a produção e a reprodução das relações sociais com base na teoria social de Marx, na qual se tem o percurso metodológico e o arsenal de categorias teóricas para a análise do significado da profissão, tomando o Serviço Social como uma especialização da divisão sociotécnica do trabalho (Iamamoto, 2008).

Para Paulo Netto, o recurso à tradição marxista clarifica criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do exercício profissional. Todavia, o autor ressalta que não considera hegemônica a tradição marxista no cenário profissional. Ao refletirmos sobre a formação profissional e esse projeto ético-político que busca se afirmar no Serviço Social, trazemos uma polêmica afirmação desse autor, disponibilizada em entrevista contida na obra de José Fernando Silva (2013):

> [...] eu acho que esse projeto [ético-político] está em crise, e ao falar que esse projeto está em crise o que eu estou dizendo é que a hegemonia que ele simbolizou, que ele pretendeu simbolizar, está em risco. Isso afeta diretamente a sua pergunta: "não está se atraindo muita gente para assistência, enquanto a gente precisa reforçar outras áreas?". Sim, mas você não tem como travar isso, se você não tem uma formação teórico-política que clarifique isso, meu amigo! Eu não vejo alternativa para isso não, ou seja, em curto prazo a minha visão é muito pessimista do quadro profissional. Se a minha amiga Marilda [Iamamoto] estivesse aqui ela diria que o meu pessimismo leva ao imobilismo. Eu quero dizer que eu não penso assim, tanto não penso que quero agir e atuar, colaborar, mas o que eu vejo é que você tem aí uma intercorrência de tantos vetores que acabam mesmo vulnerabilizando aquele projeto. (p.116)

Na mesma obra, há também outro depoimento que aponta para um mesmo contexto: "Quer dizer, é lógico que esse Projeto Ético-Político – que eu acho que tem que ser ampliado no sentido de chegar até a intervenção do Serviço Social – ainda está distante e muita gente não sabe nem mesmo o que ele é" (Silva e Silva, apud Silva, J. F. S., 2013, p.173).

Buscando dar significado a essas colocações, José Fernando Silva (2013) irá afirmar:

> Reafirmar a importância da contribuição marxiana e de sua tradição para o Serviço Social nos dias atuais significa, necessa-

riamente, perquirir e radicalizar a direção social empreendida por meio do Projeto Ético-Político Profissional, no Brasil, a partir do legado deixado pela perspectiva de "intenção de ruptura" na era pós-reconceituada (formulada, sobretudo, com maior maturidade, na década de 1990), sem deixar de reconhecer as bases conservadoras e reformistas que marcaram a gênese do Serviço Social no mundo e no Brasil (ontologicamente dadas – portanto, insuprimíveis sob a ordem burguesa). (p.221)

Essas pontuações suscitam a reflexão sobre as dificuldades vivenciadas no interior da profissão e expressas diretamente na formação dos assistentes sociais, determinando, mesmo que não sozinhas, o trabalho profissional. No Capítulo 2 abordaremos os dilemas colocados para o profissional nesse contexto estruturado pela formação profissional e pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa, apontando as diversas questões que perpassam a dimensão teórico-metodológica para o assistente social, tratando o sincretismo, o pluralismo e o ecletismo a partir daquilo que é exigido do profissional e dos meios de que dispõe para realizar seu trabalho.

Este é o dilema central que norteou o trabalho que originou este livro: como se dá, para o assistente social, a "adoção" de determinada perspectiva teórico-metodológica para guiar seu trabalho profissional, considerando as condições objetivas em que ocorrem suas intervenções e a formação dele. Para Carvalho (1986):

[...] é indispensável na formação profissional do assistente social uma sólida base teórico-metodológica para que o profissional possa responder às exigências do exercício do Serviço Social, efetivando, reconstruindo e recriando a prática profissional dentro das condições objetivas de trabalho que se colocam para a profissão. (p.40)

A autora complementa:

É a vinculação universidade/realidade como fundamento básico para a concretização do processo de formação profissional do assis-

> tente social que, de fato, responda com a consistência e a dinamicidade necessárias às exigências da atual conjuntura brasileira. (p.42)

É fundamental também que seja garantida, na formação profissional, a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa, como um dos elementos que constituem os "meios" de organização da prática. Um bom domínio dos instrumentos e das técnicas contribui para uma prática profissional competente, aliando de maneira coerente as três dimensões da profissão: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Para Santos (2012):

> [...] se a prática profissional interventiva do Serviço Social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar, de fato, os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva. (p.55)

A autora considera que a competência teórica, indispensável para a formação profissional, não é capaz, sozinha, de habilitar a intervenção profissional. É necessária uma formação teórica adequada para que a teoria, que oferece o significado social da ação, auxilie o profissional na ultrapassagem do conhecimento do senso comum, rompendo também com a suposta neutralidade dos instrumentos e das técnicas.

> As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho. (Abess. Cedepss, 1997, p.67)

Essas questões remetem aos dilemas presentes na formação (conforme discutiremos no Capítulo 2) e que vão se constituir em

dilemas do trabalho profissional (discussão aprofundada no Capítulo 3), em situações em que o assistente social se vê chamado a intervir, mas sem dispor dos subsídios necessários para uma análise crítica da realidade e das suas possibilidades de ação. Forti e Guerra questionam (2010):

> [...] como poderíamos trabalhar aspectos inerentes à realidade social, trabalhar com expressões da "questão social", direitos sociais e política social sem sermos capazes de captar as determinações da realidade social? Não seriam as distorções nessa captação, a sua incipiência ou até a sua impossibilidade as reais responsáveis pelas dúvidas ou pela negação do potencial da teoria? (p.11)

O trabalho do assistente social na atual conjuntura

Ao tratarmos as consequências do contexto social, político e econômico do país para as demandas colocadas aos assistentes sociais no seu trabalho cotidiano, particularizamos a discussão sobre os determinantes da sociabilidade burguesa para essa conjuntura em que eles são chamados a atuar.

A partir da década de 1990, com o consenso de Washington, o governo brasileiro iniciou aqui a implantação do neoliberalismo, processo que se deu com algumas particularidades, as quais trouxeram consequências diversas para as políticas sociais.

Apesar de o Brasil ter adotado tardiamente o receituário neoliberal das chamadas políticas de ajuste estrutural, não foram minimizadas as consequências sociais, expressas na deterioração das políticas sociais e no agravamento das condições sociais da população, processos que se retroalimentam. Soares (2011) assim entende o chamado custo social de ajuste no país:

> A combinação perversa entre a reestruturação recessiva da economia e do setor público; a geração de novas situações de exclusão social; e o agravamento das já precárias condições sociais daquela

parcela da população já considerada "em situação de pobreza", resulta naquilo que estamos chamando de custo social do ajuste no Brasil. (p.172)

Segundo Guerra (2013): "[...] o receituário neoliberal prioriza a abertura da economia ao capital estrangeiro, a minimização do Estado, as privatizações dos bens públicos, a desregulamentação do mercado de trabalho e a mercantilização dos serviços" (p.239). Diante disso, pode-se dizer que a maneira pela qual o Estado lida com as demandas sociais geradas pelo capital possui uma intencionalidade. A autora aponta os objetivos da reforma gerencial do Estado, do seu ponto de vista:

> A reforma gerencial do Estado teve como objetivo, exatamente, atuar nesta direção: do desmonte dos direitos, de desestabilizar os sindicatos, de acabar com as já escassas medidas de proteção social. Ela altera a arquitetura das políticas sociais no que diz respeito à sua funcionalidade, pois substitui todos os pressupostos básicos da execução dos serviços públicos, convertendo-os à lógica do mercado em detrimento da garantia de direitos, ou seja, a satisfação das necessidades humanas passa a se processar pela mediação do mercado. (p.239)

Dessa forma, temos um processo no qual o surgimento e o agravamento da desigualdade e da pobreza geram demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas pelo ajuste das políticas sociais. Soares (2011) ressalta:

> Mesmo em nosso país, onde jamais fomos capazes de construir um efetivo *Estado de Bem-Estar Social*, ao invés de evoluirmos para um conceito de Política Social como constitutiva do direito de cidadania, retrocedemos a uma concepção focalista, emergencial e parcial, onde a população pobre tem que dar conta dos seus próprios problemas. [...] Somente uma concepção estratégica de políticas econômicas e sociais mais integradas seria capaz de abrir

> espaço para que o gasto social pudesse acentuar sua natureza redistributiva, na sua dupla dimensão de direito da cidadania e de incorporação dos "não incorporados", através de políticas universais de maior significado transformador, como Educação e Seguridade Social. Dar as costas a essa temática mais abrangente e definir a política social como um "nicho incômodo" não é mais do que projetar para o futuro a reprodução ampliada da pobreza, da desigualdade e da exclusão, típicas do "Brasil real" de hoje. (p.181-2)

Para as profissionais que participaram da nossa pesquisa, isso fica evidenciado no trabalho profissional da seguinte maneira:

> [...] nos deparamos constantemente com famílias que tiveram seus direitos violados. Percebo que, na maioria dos casos, *essas famílias sofrem com os expoentes da questão social (da ausência de renda, desconhecimento de seus direitos, trabalho informal, escolaridade incompleta, entre outros*). Através do estudo social, tentamos fazer que essas famílias sejam incluídas e articulamos recursos com o objetivo de garantir seus direitos. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso)

> Infelizmente, observa-se na rotina de trabalho que o país possui um imenso conjunto de leis protetivas, de garantia de direitos, porém as mesmas não são usufruídas, na prática, pela maioria da população. *O acesso à educação e saúde de qualidade fica restrito à camada populacional que pode pagar pelo serviço privado, enquanto a maioria populacional fica restrita aos escassos serviços existentes, que, em sua maioria, funcionam de forma precária.* Os programas de transferência de renda, criados para auxiliar as famílias por tempo breve, de intuito emancipador, se revelam a única fonte de renda de um grande contingente populacional, que, diante de tantos direitos negados, possui baixa perspectiva de emancipar-se. *A proteção social à saúde, educação e trabalho, apesar de garantida constitucionalmente, é, hoje, objeto de luta e objetivo a ser alcançado.* (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso)

> O exercício profissional participa do mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria possibilidades de sua transformação. São elaborados projetos para a sociedade, projetos profissionais diversos indissociáveis dos projetos mais amplos. Nos deparamos com forças sociais e políticas. *Nosso exercício profissional é atropelado ou atravessado por relações de poder onde ainda predominam os condicionantes histórico-sociais do contexto em que estamos atuando*. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Observamos que as assistentes sociais entrevistadas identificam o desmonte das políticas sociais como um determinante para a demanda a que atendem nas diversas áreas de atuação, todas atravessadas pela mesma conjuntura econômica, política e social.

A fala a seguir expressa uma reflexão mais aprofundada sobre a conjuntura em que ocorre o trabalho do assistente social brasileiro, discutindo o papel do Estado, a inserção e os desafios da profissão nesse contexto.

> A conjuntura atual brasileira, fundamentada sob o viés neoliberal, é marcada pela acirrada desigualdade socioeconômica, mudanças no mundo do trabalho, privatização, aumento do "terceiro setor", a partir da transferência de responsabilidade do Estado, precarização das políticas públicas etc. *A história da política social brasileira é marcada pela fragmentação, focalização e descontinuidade*, sendo usada para manutenção da ordem vigente e para fins político-partidários. No âmbito da Seguridade Social, verificamos a desarticulação das políticas de saúde, assistência e previdência social. Percebe-se uma contradição entre a Seguridade Social regulamentada na Constituição de 1988 e sua efetivação. O rebatimento dessa realidade é identificado cotidianamente durante os atendimentos aos usuários. *Atendemos uma população que sofre com a falta de acesso a direitos sociais básicos e vivencia o trabalho precário, informal, terceirizado, polivalente, a flexibilização das relações trabalhistas e o desemprego.* O Serviço Social é uma profis-

> são inserida na divisão sociotécnica do trabalho capitalista, e, por isso, exerce seu fazer profissional no contexto da contradição e da luta de classes e participa do processo de reprodução das relações sociais. *As mudanças no mundo do trabalho com a consolidação dos ideais neoliberais têm refletido diretamente na profissão.* Para o assistente social é um desafio permanecer no mercado, sem perder de vista os seus princípios éticos, políticos, teóricos e metodológicos. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Já na fala que se segue, é ressaltada a frustração da profissional ao atuar sob dada conjuntura, provavelmente em decorrência da não compreensão dos determinantes econômicos, políticos e sociais, e revela o sentimento de impotência diante dos dilemas que lhe são colocados.

> Como profissional, todos os dias sou colocada à prova. É claro: eu, como profissional engajada, busco superar os entraves, muitas vezes além do meu limite físico e mental. *As questões sociais se apresentam cada vez mais diversas, as relações mais complexas, e o mundo imerso numa crise onde prepondera a banalização dos direitos sociais.* Tratamos cada vez mais de forma massificada, com recursos frágeis, instituições norteadas pelo "momento político". Com bastante frequência me sinto frustrada com a ineficácia dos resultados obtidos e com a sensação de que não atingi os resultados esperados por MINHA culpa, como se eu não tivesse sabido administrar a dinâmica e os limites institucionais. Essas limitações trazem uma desconexão entre a formação acadêmica e a atuação profissional. Esse defrontamento diário é para mim um desafio, com o entendimento de que sou incompleta e que faço parte desse processo que se opera independente da mera vontade profissional. (Beth – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Essa fala deixa clara a dificuldade que o assistente social muitas vezes possui de realizar uma análise aprofundada sobre sua inserção profissional e os condicionantes aos quais está submetido. Essa

crítica, como veremos nos capítulos seguintes, apenas será possível a partir de um referencial teórico-metodológico, permitindo uma leitura real e concreta da realidade.

Outra questão bastante importante, quando pensamos no trabalho profissional realizado sob a égide do capitalismo e a partir de todos os determinismos presentes na história da profissão, é o antagonismo existente entre o projeto ético-político profissional[2] e a ofensiva neoliberal. Conforme argumenta Paulo Netto (2006):

> É evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional – porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos. (p.19)

Para Iamamoto (2006), pensar esse projeto profissional exige a articulação de duas dimensões: as condições macrossocietárias, que definem os limites e as possibilidades para o exercício profissional, para além da vontade do sujeito individual, e as respostas a serem dadas por esses profissionais, amparadas em fundamentos teórico-metodológicos:

> Certamente o Serviço Social é uma profissão que, como todas as demais, envolve uma atividade especializada – que dispõe de particularidades na divisão social e técnica do trabalho coletivo – e

2 O projeto ético-político tem sua construção no marco do Serviço Social no Brasil durante a transição da década de 1970 para a de 1980, conquistando sua hegemonia na década de 1990. É justamente no processo de recusa e crítica do conservadorismo realizado pela profissão que se encontram as raízes desse novo projeto profissional, ou seja, as bases do que se está denominando projeto ético-político. "[...] a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional" (Paulo Netto, 2006, p.8).

> requer fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética e a formação de habilidades densas de política. (p.9)

Destarte, se a profissão é determinada por condicionantes sociais que vão além da vontade e da consciência dos agentes individuais, ela também é resultado da construção coletiva feita pelos sujeitos, forjando e tecendo diferentes respostas profissionais (Iamamoto, 2008).

Nesse sentido, destacamos a fala a seguir, que aponta justamente os desafios para uma atuação crítica em termos de trabalho profissional nesse contexto.

> [...] durante o exercício profissional, nós esbarramos nos limites institucionais, políticos, estruturais e nas contradições inerentes, sendo um desafio atuar sob uma perspectiva de totalidade, na defesa dos direitos dos usuários dos nossos serviços e de uma nova ordem social justa e igualitária. (Lucy – assistente social – entrevista)

A lei que regulamenta a profissão (Brasil, 1993) trouxe uma importante contribuição ao definir quais são as competências e atribuições privativas do assistente social, além de ter estabelecido o papel e o funcionamento do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e dos Conselhos Regionais (Cress).

De acordo com a referida lei, são consideradas competências do assistente social:

> I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
> II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
> III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
> IV – (Vetado);

> V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
> VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
> VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
> VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
> IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
> X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
> XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (Brasil, 1993)

As atribuições do assistente social são definidas na forma da lei, da seguinte maneira:

> I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
> II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
> III – assessoria e consultoria de órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
> IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
> V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

> VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
> VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
> VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
> IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
> X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
> XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
> XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
> XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (Brasil, 1993)

Dessa forma, temos as diretrizes legais em que deve se dar o trabalho profissional. Entretanto, sabemos que a realidade concreta na qual o assistente social atua nem sempre acompanha tais diretrizes. No cotidiano, são muitos os desafios com que esse profissional depara, chamado a seguir uma série de normas, ao mesmo tempo que precisa dar uma resposta às demandas que se lhe colocam a partir das determinações da "questão social".

Recentemente, foi aprovada a lei que determina que a jornada de trabalho do assistente social deve ser de 30 horas semanais, em complemento à lei que regulamenta a profissão, garantindo o direito do profissional de não ser submetido a extensas jornadas de trabalho, sem prejuízo do seu salário em decorrência da redução da jornada.

> Art. 1º: A Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

> "Art. 5º-A: A duração do trabalho do assistente social é de 30 (trinta) horas semanais."
> Art. 2º: Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário. (Brasil, 2010)

Essa lei constitui uma grande conquista para a categoria dos assistentes sociais no Brasil, apesar dos diversos obstáculos para a sua efetivação, como o desrespeito à lei por parte das instituições empregadoras e a necessidade de os profissionais requererem seu direito judicialmente, além do grande acúmulo de trabalho com que os profissionais são obrigados a lidar, já que a redução da jornada de trabalho não implicou em aumento no número de profissionais dentro de cada espaço de trabalho.

Essa questão é mostrada de maneira clara nesta fala:

> Com relação ao horário, houve recentemente o reconhecimento legal do trabalho em seis horas diárias, devido ao esgotamento mental e físico a que a profissão leva a profissional, relacionada com as demandas. Porém, a demanda permaneceu a mesma ou aumentou; muitas das profissionais levamos trabalho para casa, somos identificadas por outros colegas de trabalho como privilegiadas por uma carga horária teoricamente menor, pois reduziu apenas a presença física no local de trabalho. (Beth – assistente social – entrevista)

Outra questão bastante polêmica é o fato de que algumas instituições, desconsiderando a exigência do cumprimento de tal lei como algo aplicável a todos os espaços de trabalho, a qual é uma determinação de âmbito nacional, ainda condicionam a redução da jornada de trabalho a alguns critérios, indo contra a prerrogativa legal, como verificamos na fala desta profissional:

> Estou trabalhando 30 horas semanais, apesar da instituição não ter reconhecido esse direito de acordo com a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. A carga horária de 30 horas semanais está sendo

> possível somente aos assistentes sociais e outros servidores [em unidades] contempladas com o regime de trabalho em turnos ininterruptos de 6 horas diárias. *Existem critérios específicos para que cada [unidade] possa realizar esse regime e a permanência também está relacionada ao cumprimento de metas*. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

A partir do que foi abordado até aqui, podemos dizer que a ação profissional depende das condições subjetivas que definem determinado perfil profissional, a partir de uma formação específica, mas depende sobretudo das condições objetivas em que a intervenção profissional se realiza, não devendo ser esquecido o potencial do profissional para se afirmar criticamente nesse contexto.

Abrindo caminho para as discussões subsequentes, lançamos estas significativas questões propostas por José Fernando Silva (2013), afinadas com o objetivo principal do trabalho que originou este livro:

> [...] *em que medida o espaço objetivamente dado contém a riqueza possível de ser potencializada por profissionais críticos e criativos? Mais do que isso, os profissionais de Serviço Social possuem, de fato, capacidade para ocupar esse espaço de forma crítica e propositiva? A formação profissional em curso, nas condições concretas em que vem se efetivando, será capaz de qualificar, formar (não apenas capacitar) a massa de trabalhadores sociais inseridos nos cursos de graduação à distância e/ou presenciais?* [...] Não se trata, portanto, de dizer se temos ou não que enfrentar essa demanda (pois ela está objetivamente posta e não pode ser abstratamente desconsiderada), mas de discutir como ela será tratada, as condições reais que temos para isso e o tipo de inserção que se pretende. (p.140)

2
Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional

Dando continuidade à discussão iniciada no capítulo anterior, realizaremos neste capítulo a análise do modo como se dá a formação profissional do assistente social brasileiro, considerando, para isso, os diferentes momentos da história da profissão que irão incidir sobre essa formação e, consequentemente, sobre o trabalho profissional.

Abordaremos aqui também o aparato legal que permeia o trabalho e a formação profissional do assistente social, discutindo a lei que regulamenta a profissão, a lei que estabelece a jornada de 30 horas de trabalho semanais e as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.

Aliada à discussão teórica, traremos novamente os dados recolhidos junto às profissionais entrevistadas sobre a sua formação e sobre como foi abordada nela a questão teórico-metodológica.

Destacamos a importância da discussão sobre a formação profissional a partir da afirmativa a seguir de Carvalho (1986). As ideias expressas, ainda que o texto da autora tenha sido escrito na década de 1980, mostram-se bastante atuais:

> A questão da formação profissional do assistente social constitui-se hoje, na realidade brasileira, um objeto de debate e de análise para professores, estudantes, supervisores no contexto dos cursos

> de Serviço Social e para a categoria dos assistentes sociais que busca um repensar do Serviço Social frente aos desafios que se colocam para a profissão na atual conjuntura. (p.17)

A concepção de formação deste livro é a de um processo amplo que inclui a preparação científica de profissionais para responder às demandas sociais que se colocam para o Serviço Social, a produção de conhecimentos/investigação, a capacitação continuada da categoria no que se refere à atualização para o exercício profissional (Carvalho, 1986).

Por essa concepção, percebemos que o principal desafio do processo de formação profissional é viabilizar o projeto educacional de ensino/pesquisa/extensão, sem restringi-lo à mera transmissão de conhecimentos. Tal processo deve ser discutido no contexto das relações sociais, a partir do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando também a conjuntura do interior da universidade brasileira.

A fala que se segue traz uma perspectiva bastante superada em relação à discussão atual em curso na profissão concernente ao referencial teórico-metodológico. Revela que não houve a continuidade dos estudos para além da graduação, realizada por esta profissional há quase quatro décadas.

> *Na teoria que eu vi na época em que eu fiz a faculdade eu me lembro muito bem da Mary Richmond.* Na metodologia, eu não me lembro direito, eu lembro assim algumas coisas da metodologia do Serviço Social. Eu acho que as matérias mudaram muito hoje no curso de Serviço Social. Na minha época a gente via muito o Serviço Social de grupo, caso e comunidade. Na minha época também não era TCC que a gente falava, era Projeto de Conclusão de Curso que a gente fazia. Fazíamos os estágios. Aí eu não sei se está dentro... (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Essa fala revela a ausência da formação continuada como determinante para a visão contraditória da profissional sobre o arcabouço

teórico da profissão, o que está relacionado com os apontamentos realizados sobre a importância e a necessidade de visualizarmos o processo formativo como algo contínuo e ininterrupto, mesmo que atravessado pelos conflitos inerentes à sociabilidade burguesa na qual ele ocorre.

A reflexão sobre a formação profissional em Serviço Social deve considerar aspectos que são intrínsecos ao processo formativo do assistente social: as condições objetivas oferecidas pela universidade para a redefinição do projeto educacional do Serviço Social; a participação da profissão na rearticulação de forças na vida universitária; e o aproveitamento dos espaços criados na luta pelo avanço desse processo de redefinição da formação. Esta afirmativa de Carvalho, datada de 1986, também se mostra bastante afinada com os dilemas contemporâneos:

> Neste processo de avanço da formação profissional do assistente social no Brasil emergem, hoje, *questões, aspectos problemáticos, dificuldades* que estão a exigir de professores, de estudantes, de supervisores, da categoria de assistentes sociais um esforço de reflexão coletiva em busca de estratégias de ação para a superação dessas dificuldades. (p.25)

Os rebatimentos da política de educação em curso no Brasil para a formação em Serviço Social

Para aprofundarmos a análise sobre a formação profissional em Serviço Social, se faz necessário considerar a política educacional em curso no Brasil e seus rebatimentos na formação específica do assistente social, inserida em um contexto mais amplo e definida por vários determinantes.

Guerra (2013) observa que "[...] as políticas educacionais, historicamente, vêm se constituindo em instrumentos utilizados para forjar o perfil sócio-histórico dos profissionais e a sociabilidade necessária aos padrões de acumulação capitalista" (p.237).

Diante disso, a formação e o próprio trabalho profissional estão ambos inseridos na lógica do capital, fazendo que o assistente social atenda a determinada funcionalidade, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo modo de produção capitalista.

A autora irá situar sua discussão, com base no contexto político do Brasil, abordando a chamada reforma do Estado e o tratamento dado à educação superior, elementos que culminam em um modelo específico de organização do trabalho:

> Como marco na inflexão regressiva da educação no Brasil, localizamos o governo Fernando Henrique Cardoso. Neste, as mudanças advindas da LDB, que conduzem a uma concepção neopositivista da educação, baseada na "pedagogia das competências", a reforma do Estado, que concebe a universidade como uma organização social, a criação de um marco legal capaz de sustentar tal reforma regressiva da educação e sua consequente privatização, através das fundações privadas que passam a atuar diretamente na gestão administrativa e financeira das universidades, pela via das chamadas parcerias público-privadas, são processos que se conectam às exigências de um novo modelo de organização do trabalho, visando, supostamente, colocar o país rumo ao desenvolvimento econômico e social e apto a competir no mercado internacional. (p.237-8)

A formação profissional, que está condicionada às diretrizes do ensino superior, ocorre, no contexto brasileiro, a partir de uma perspectiva de flexibilização, orientada pela desregulamentação das relações de trabalho e das profissões, tendo-se o processo produtivo como horizonte definidor de tais diretrizes, em detrimento do real objetivo da universidade. Wanderley (1998) considera como atribuições dessa instituição:

> A ela [universidade] cabe responder pela exigência de contemporaneidade através do ensino, pesquisa e extensão que realiza [...]. A ela cabe construir respostas acadêmicas expressas em seus projetos curriculares, que se traduzem na necessidade de se articular for-

> mação universitária e mercado profissional. Articulação esta que não se confunde com a simples adequação à dinâmica reguladora do mercado, numa perspectiva meramente instrumental. Há necessidade sim de conhecimento e sintonia com mercado profissional e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico deste, que permita a construção de projetos educacionais analíticos e inovadores, que apontem alternativas viáveis coerentes com os compromissos assumidos pela universidade. (p.16)

Várias questões estão relacionadas às configurações do Serviço Social enquanto profissão no Brasil, como apontam Braz e Rodrigues (2013), e que vão além da questão da formação:

> Há desdobramentos políticos, organizativos, éticos e teóricos que repercutiram e repercutem intensamente no Serviço Social brasileiro. Dentre eles, destacaríamos [...]: as profundas alterações das bases objetivas da profissão, que, por sua vez, envolvem três pontos principais: a precarização da formação profissional; o avanço do processo de desregulamentação das profissões; e um novo direcionamento dos padrões de intervenção na "questão social" através de um processo que, reduzindo a proteção social (e a seguridade social) à assistência social, podemos chamar de "assistencialização". (p.259)

O processo de desregulamentação das profissões citado pelos autores trará consequências impactantes para o Serviço Social e está associado às novas formas de intervenção sobre a "questão social". Temos, portanto, um Estado que cada vez mais se desresponsabiliza da política social, contexto em que o assistente social é chamado a trabalhar. Braz e Rodrigues (2013) destacam:

> Sabemos que o novo padrão interventivo do capital sobre as manifestações da "questão social" pressupõe uma desqualificação do Estado, o que significa uma busca de desmonte de suas estruturas político-institucionais, especialmente aquelas associadas às políticas públicas do tripé da seguridade social. (p.263)

O modelo educacional vigente no governo de Fernando Henrique Cardoso irá se aprofundar e se expandir no governo Lula, no qual serão apreendidas as mesmas tendências destrutivas observadas no governo anterior.

Guerra (2013) escreve sobre o modelo de educação nos anos Lula:

> Na consolidação destes interesses, os oito anos do governo Lula forjaram um determinado modelo de educação, ao investir numa expansão desmesurada na tentativa de tornar o país competitivo e ajustado à nova "ordem" mundial, donde o privilégio da educação à distância utilizada em todos os níveis de ensino, apoiando-se no discurso de se constituir em estratégia de democratização do acesso, estratégia que tem forte poder de mobilização. (p.244)

Braz e Rodrigues (2013) afirmam que a reforma universitária, ou a contrarreforma universitária liberal, não foi inventada pelo governo Lula, mas aprofundada por ele, assim como o intenso processo de privatização. Para esses autores, a contrarreforma tem três diretrizes principais que a explicam:

> [...] o aprofundamento do processo de mercantilização da educação em todos os níveis, e em especial no ensino superior, resultando ao longo dos anos 1990 e, principalmente, no curso da década de 2000, numa inversão do quadro que se tinha até os anos 1970; a abertura indiscriminada aos cursos a distância a partir do decreto presidencial de dezembro de 2005, que "abriu a porteira" para a expansão comercial dessa modalidade de ensino na graduação, e o Reuni, que traz explicitamente a tentativa de aligeiramento da FP [formação profissional] e uma remodelagem acadêmica que visa flexibilizar as formas "tradicionais" de organização da vida universitária. (p.260)

Para Guerra (2010), dentre as diretrizes adotadas pelo atual governo, merecem maior destaque o financiamento público do ensino

superior privado e a expansão de vagas (Prouni e Reuni), o crescimento do número de alunos na educação à distância e o sistema de avaliação (Sinaes e avaliação trienal Capes).

Comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, vemos que neste último o aumento no número de matrículas no ensino superior será acompanhado de uma diversificação de cursos. Os cursos de graduação em Serviço Social foram ampliados, porém, apresentam uma proposta de formação aligeirada, por meio do ensino à distância. Braz e Rodrigues (2013) ressaltam:

> Muito mais agressiva do que a do seu antecessor, a política de educação a distância dos governos Lula resultou não só na ampliação numérica de cursos e matrículas. Permitiu também o seu espraiamento por diversas áreas gerais de conhecimento. Se em FHC os cursos EaD se restringiam quase que exclusivamente à educação – em especial, a formação de professores –, a partir de 2006 o ensino a distância passa a incluir outras áreas, dentre elas, a de saúde e bem-estar social, na qual o curso de Serviço Social se encontra alocado. (p.266)

Diante do exposto, é possível dizer que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a educação é considerada uma área de investimento de capital, e o empresariamento da educação superior promovido pelos governos FHC e Lula está afinado com o objetivo da contrarreforma universitária de plena comercialização da educação superior.

Sobre a ampliação desmesurada do número de vagas no ensino superior, Wanderley (1998) afirma:

> O amplo acesso ao ensino superior não é apenas desejável, mas uma conquista pela qual todos nós lutamos. Porém, a massificação do ensino superior não pode significar perda de qualidade. Os investimentos públicos em infraestrutura e em recursos humanos não vêm sendo realizados de forma a atender à demanda com qualidade. Esta realidade vem abrindo espaço cada vez maior para o

> setor privado no ensino superior. [...] São profundas as implicações para o futuro do ensino superior brasileiro. (p.9)

Guerra (2013) vê a atual fase da educação no Brasil como pragmática, competitiva, flexível e aligeirada, submissa à economia e ao mercado, ao produtivismo, ao quantitativismo e à mediocrização, associando-a com a política social em curso no país. A autora conclui:

> Disso resulta a formação de pobres profissionais que irão trabalhar com pobres, permitindo-nos inferir que a precarização da educação, que incide sobre a formação de assistentes sociais, baseia-se na mesma lógica de precarização das políticas sociais. Há uma afinidade entre o modelo de política social vigente (especialmente a política da educação superior) e o perfil do profissional para operá-la (assistentes sociais e educadores, dentre outros). No caso específico dos assistentes sociais, o barateamento da formação constroi o perfil mais adequado de profissional para "operar" as políticas sociais focalistas, precarizadas, assistencializadas e abstraídas de direitos sociais. (p.248)

Esse polêmico paralelo traçado pela autora entre a política social e os profissionais que estão sendo formados para operá-la traz à tona a questão da precarização, para ambos os lados, reforçando-se assim a lógica capitalista não só na educação, como estratégia, mas também na política social veiculada à população brasileira.

Tratando especificamente sobre a ampliação da formação à distância em Serviço Social, Braz e Rodrigues (2013) escrevem:

> A degradação da FP [formação profissional] se mostra ainda mais avassaladora, se adicionarmos a esse quadro a enorme cifra de 74.474 matrículas nos cursos EaD em Serviço Social, informada no Censo de Ensino Superior do MEC do ano de 2010 – modalidade de ensino mais suscetível a uma formação deteriorada, dada a prevalência da sua ocorrência em ambientes despolitizados, que

> privam os alunos não só do acesso à pesquisa e à extensão, mas também da vivência do debate acadêmico universitário. (p.272)

Dessa maneira, vemos que a formação, atendendo aos interesses do capital, irá determinar um contexto específico para o trabalho profissional do assistente social, no qual ele encontrará inúmeras dificuldades para ter uma atuação vinculada ao projeto ético-político da profissão. Essa questão aponta para um grave contexto que está chamando a atenção dos estudiosos da profissão, pois assinala um novo momento de crise e de mudança nela, chegando a ser comparado com o Movimento de Reconceituação. Braz e Rodrigues (2013) observam:

> Resguardadas as devidas diferenças históricas, as mudanças que se efetuam, desde os governos FHC e se aprofundam a partir de 2003, no âmbito da formação e do exercício profissionais, sugerem um processo de transformação profissional que pode ser tão significativo quanto aquele ocorrido na conjuntura do pós-1964, quando, ao modelar um país novo, o regime autocrático-burguês impeliu o Serviço Social a renovar-se. (p.277)

A gravidade do processo atual de reforma da educação superior e seus rebatimentos no Serviço Social assim são vistos por esses autores:

> [...] se pode compreender a totalidade da política de contrarreforma da educação superior brasileira como uma estratégia que atinge "numa só tacada" dois objetivos. O primeiro diz respeito à desqualificação dos padrões de atendimento à "questão social" (é desnecessário dizer o que isso pode significar para o Serviço Social tal como ele é pensado hegemonicamente no seio do PEP [projeto ético-político]). Tal desqualificação indica que o trato das "mazelas sociais" deve ser objeto (além da repressão pura e simples, numa verdadeira criminalização da pobreza) do voluntariado ou de profissionais com formação precária, aligeirada, não huma-

> nista, sem criticidade e sem visão de totalidade, no intuito de se formar aquilo que Iamamoto, numa feliz analogia, denominou de "exército assistencial de reserva" (2007). O segundo objetivo geral que se quer atingir, que decorre diretamente do primeiro, refere-se à reconfiguração do espaço da formação em consonância com essa nova modalidade do trato à "questão social". Ou seja, tornar a universidade um centro de formação aligeirada e polivalente, exclusivamente voltada para o adestramento para o mercado de trabalho. (p.266-7)

Nesse mesmo sentido, José Fernando Silva (2013) afirma:

> A formação profissional generalista e particularizada em nível de Serviço Social (tão necessária e cara aos intelectuais) torna-se uma capacitação fragmentada, por temáticas, nada afeita e útil a uma abordagem de totalidade, portanto incapaz de apanhar as múltiplas e complexas determinações que explicam o exercício profissional do assistente social e a "questão social". (p.131)

Então, uma formação deficitária irá produzir um contexto no qual o assistente social não se verá capaz de fazer a devida leitura da realidade que lhe é colocada e da qual faz parte, o que se contrapõe à necessidade de pensar criticamente o tipo de inserção desejada pelo profissional e pela categoria profissional dos assistentes sociais.

Se pensarmos que a formação em Serviço Social deve estar pautada em um projeto contrário ao projeto educacional do Estado, o maior desafio, na atualidade, tem sido o de manter o perfil do profissional

> [...] dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (Abepss, apud Guerra, 2013, p.249)

Essa é a importância da construção de um projeto pedagógico crítico para os cursos de Serviço Social, na perspectiva de projeto de formação. A ideia de projeto pedagógico se constitui como um conjunto de diretrizes e estratégias que informam a prática pedagógica de um curso, o que vai além do currículo. Envolve a definição do ponto ao qual se pretende chegar e dá um sentido à ação dos alunos, dos professores e dos gestores. Ana Célia Silva (1998) esclarece: "É a definição das ações intencionais de formação, de como as atividades [...] do curso se organizam, se constroem e acontecem, como um compromisso definido e cumprido coletivamente" (p.20-1).

A construção de tais projetos, à luz das diretrizes curriculares, para os cursos de Serviço Social, conforme discutiremos no próximo capítulo, não ocorre sem dificuldades. Três obstáculos são citados por essa autora: a resistência a mudanças por parte dos atores institucionais, levando muitas vezes ao imobilismo; os choques de linhas teóricas e de concepções de formação entre esses mesmos atores; a descontinuidade administrativo-pedagógica, que pode atrapalhar a organização do trabalho a partir das mudanças de gestão.

Para além dos determinantes estruturais da educação que incidem sobre a formação profissional do assistente social, temos o desafio da construção desses projetos pedagógicos no interior de cada curso. A autora afirma:

> Não é possível pensar um projeto pedagógico sem partir de uma clara concepção de formação e de seus eixos fundantes. As diretrizes curriculares discutidas pela área de Serviço Social apontam bem esta questão. Resta aos cursos, às escolas de Serviço Social, definirem como incorporarão tal concepção em seus projetos pedagógicos, com identidade, originalidade e especificidade local. (p.25)

Diante das limitações colocadas para o assistente social na sua formação primeira, qual seja, na graduação, esse profissional já iniciará sua trajetória profissional com déficits que se constituirão em obstáculos para lidar com a realidade objetiva em que deverá intervir, forçando-o a buscar formações complementares a essa

graduação, formações quase sempre insuficientes para garantir ao profissional os subsídios necessários para que consiga realizar de fato uma análise crítica do seu trabalho. Guerra (2010) observa:

> Temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental. Como todo trabalhador, o assistente social nas instituições públicas e/ou privadas é submetido (e muitas vezes submete) aos programas de treinamento, tenham eles conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional. (p.718)

De maneira bastante incisiva, José Fernando Silva (2013) resume as questões até aqui abordadas, dando ênfase às condições em que se realiza o trabalho profissional do assistente social, mesmo considerando os avanços operados no interior da profissão, como veremos adiante:

> Ainda que a categoria profissional, com maior ou menor intensidade, envolvendo um ou outro segmento, tenha avançado significativamente na fundamentação teórico-metodológica, sócio-histórica e ético-política, mais especificamente a partir do processo de reconceituação, esse avanço ainda vem se mostrando *insuficiente* para enfrentar o intenso processo de fragmentação (e/ou banalização) teórico-prática estimulada, fomentada e endossada pela sociabilidade burguesa em curso. Trata-se de um movimento que impõe determinadas condições objetivas que independem dos profissionais que lidam com elas, mas que, ao mesmo tempo, não eliminam a intervenção da massa crítica desses mesmos profissionais (ainda que seja sempre uma atuação relativa). Mas o estímulo a essa massa crítica é extremamente precário. (p.179)

Ao aprofundarmos a discussão sobre o contexto em que se deu o desenvolvimento da profissão e a formação dos assistentes sociais,

devemos dar o devido destaque às sequelas da ditadura na educação, em âmbito nacional, que rebateram direta e significativamente na formação profissional em Serviço Social.

Este depoimento de uma das profissionais entrevistadas traz esse aspecto.

> Eu me formei em 79, então a gente precisa se situar assim, *década de 70, a gente estava vivendo uma ditadura, [...] as situações eram outras, imagina, Marx, nem pensar!* As minhas aulas de Sociologia e de Economia eram pergunta e resposta, porque não podia existir debate! Não existiu debate, não existiu questionamento. Eu me lembro que nós começamos a fazer estágio e o professor de economia era mais jovem, ele era mais engajado, e nós começamos a questionar a questão da pobreza, das favelas, e um dia a aula dele era a primeira aula, começava às 7 horas da manhã, e nós fizemos uma pergunta para ele, e logo no começo da aula ele falou: a aula hoje está encerrada. E saiu, porque ele não podia responder, ele não podia suscitar o debate, a aula hoje está encerrada. E foi embora! *Quer dizer, o recado era: não perguntem, isso não está em aberto para discussão, não pode!* Aí, saí da faculdade, fui trabalhar em Maringá [Paraná], ligado ao Centrinho, e em 81, se não me engano, saiu o primeiro volume da [revista] *Serviço Social e Sociedade*. E eu, para comprar, no Paraná, naquela época não existia internet, eu precisava ir na livraria, pagar, pedir pelo amor de Deus para comprar, aquela boa vontade, mas consegui. Aí a minha irmã foi estudar em São Paulo, na PUC, fazer Filosofia, e aí ela comprava para mim e me mandava. *E aí eu continuei estudando, eu continuei tendo contato.* Eu tinha todas as revistas, e chegou uma hora em que eu não tinha mais espaço na biblioteca da minha casa. Eu precisei então doar parte, mas alguns volumes me são muito caros, eu tenho um apego, porque foram decisivos. *Acho que se eu não tivesse conseguido acompanhar toda essa discussão, todo esse movimento, talvez eu tivesse perdido o bonde da história.* (Layla – assistente social – entrevista, grifos nossos)

A profissional aponta na sua fala o contexto histórico da época em que se formou e como a influenciou, considerando as possibili-

dades do Serviço Social a partir da sua formação, na situação política vivenciada na época no país, definindo não só as perspectivas de formação, como também de atuação dos profissionais.

Sobre essa questão, Carvalho (1986) pontua:

> É evidente que este contexto autoritário, empresarial, tecnocrático vai determinar fundamentalmente o processo de formação profissional do assistente social na sociedade brasileira, condicionando na atual conjuntura o processo de redefinição profissional em curso nas escolas de Serviço Social. (p.21)

Mesmo sob a autocracia burguesa, o Serviço Social pôde desenvolver algumas potencialidades. A laicização, por exemplo, é considerada um dos elementos mais importantes da renovação da profissão sob a autocracia burguesa (Paulo Netto, 2005).

Assim, a formação profissional, nesse momento, conta, ironicamente, com a estratégia autocrático-burguesa, que, para o autor, "[...] no empenho para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário, acabou por colocar condições que possibilitaram um acúmulo apto a ser direcionado diversamente" (p.130).

Nessa mesma linha, Iamamoto (2008) afirma que o contexto da ditadura não só tornou possível como impôs como necessário o movimento de renovação crítica do Serviço Social, garantindo assim sua conciliação com a história presente.

A reconceituação é, então, vista como um processo necessário para a profissão. Conforme José Fernando Silva (2013):

> Não resta dúvida que, com todos os seus limites, o movimento de reconceituação foi caminho necessário e insubstituível para que o Serviço Social não passasse em branco os últimos 50 anos e tivesse fôlego para adentrar com força e crítica nas décadas de 1980 e 1990, diante das profundas transformações societárias que se anunciavam depois da crise do capital a partir de 1973. (p.104)

Ao falar sobre as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, ampliaremos a análise para o campo do aparato legal que

rege a formação profissional. Tais diretrizes definem um patamar comum, assegurando a flexibilidade e a descentralização do ensino em Serviço Social, considerando a conjuntura em que se dá a formação:

> Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (Abess, Cedepss, 1997, p.59)

O projeto pedagógico do curso de Serviço Social a ser elaborado com base nas diretrizes curriculares deverá expressar:

> a) o perfil dos formandos;
> b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
> c) a organização do curso;
> d) os conteúdos curriculares;
> e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso;
> f) as atividades complementares previstas. (Conselho Nacional de Educação, 2002)

Cada um dos itens citados possui uma descrição específica que direciona e define seu objetivo. Para a discussão realizada neste capítulo, destacaremos dois itens que pareceram mais relevantes para nossa análise: a Organização do curso e os Conteúdos curriculares, sem desconsiderar a importância dos demais para o processo de formação.

Sobre a Organização do curso, salientamos a importância do trato teórico-histórico-metodológico, de modo a preparar o assistente social para o exercício profissional, e o pluralismo como componente da vida acadêmica e profissional.

3 – Organização do curso
• Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
• rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
• estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
• presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
• exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
• respeito à ética profissional;
• indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (Conselho Nacional de Educação, 2002)

Com relação ao item Conteúdos curriculares, destacamos o tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional:

4 – Conteúdos curriculares
A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:
• núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
• núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

> • núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.
>
> Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (Conselho Nacional de Educação, 2002)

A partir dos conteúdos explicitados acerca das diretrizes curriculares, os quais devem ser considerados em todos os cursos de Serviço Social, temos clara a relevância de uma sólida construção teórico-metodológica, para que o profissional de fato tenha condições de analisar a realidade concreta em que será chamado a intervir, podendo desvelá-la e olhá-la criticamente, sem adotar uma posição de vítima com relação às condições objetivas e sem corroborar a lógica da sociabilidade burguesa, assumindo posturas de enfrentamento a essa lógica e às suas determinações. Wanderley (1998) destaca:

> [...] a universidade tem que oferecer uma formação profissional em forma e ritmo compatíveis com a realidade cultural, social e econômica de seus alunos, e que lhes permita acompanhar a evolução do conhecimento na velocidade imposta pelos instrumentos de que dispõe a sociedade contemporânea. Isto implica entender o aluno como um "sujeito social cuja condição é atravessada por componentes objetivos originados de sua situação de classe, pela sua subjetividade e, consequentemente, por todas as mudanças que afetam o mundo do trabalho". Para tanto, é indispensável a formulação de uma política acadêmica compatível com as exigências contemporâneas e com os objetivos e as peculiaridades de cada instituição de ensino superior. (p.9)

O processo formativo para a constituição da identidade profissional e o oferecimento de subsídios adequados para o exercício profissional dependem de uma formação crítica e comprometida com os princípios éticos norteadores do Serviço Social. Essa formação deve contemplar vários aspectos, como aponta esta afirmativa de Carvalho (1986), elaborada justamente no período que antecede a definição das diretrizes que devem orientar o processo formativo dos assistentes sociais:

> [...] é fundamental que todo o processo de formação profissional em seus diferentes níveis – graduação e pós-graduação – seja de fato crítico em termos de ajudar os profissionais a superarem o nível da aparência e perceberem e analisarem a função social do exercício profissional no contexto das relações sociais [...]. Assim, no âmbito da formação profissional, é preciso oferecer, através de diferentes mecanismos, a oportunidade de uma reflexão crítica em termos da opção profissional. [...] Concretamente, é preciso repensar o encaminhamento das aulas, das tarefas acadêmicas, do estágio e do desenvolvimento do processo da investigação e da extensão, buscando a criticidade em termos de desvendamento da realidade enquanto fundamento da opção profissional. (p.37)

Formação em Serviço Social e abordagem do referencial teórico-metodológico

As profissionais entrevistadas para a nossa pesquisa, ao serem perguntadas sobre como se deu sua formação e sobre como foi abordada nela a questão teórico-metodológica, apontaram diferentes aspectos, tanto positivos como negativos.

Seis assistentes sociais responderam à questão envolvendo a sua formação, mas apenas uma realizou uma análise aprofundada, a mesma profissional que apontou em sua fala as influências da ditadura militar na formação em Serviço Social. Ela assumiu uma posição crítica com relação ao momento histórico em que realizou

sua graduação e as mudanças ocorridas no interior da profissão a partir desse contexto, exigindo um olhar crítico do profissional:

> Eram outros tempos mesmo. Caso, grupo e comunidade, fazer a manutenção do sistema... Mesmo aquela discussão do desenvolvimentismo nos moldes do desenvolvimento de comunidade sem questionar o sistema, sem questionar a estrutura econômica e tal, nem isso eu cheguei a ver na faculdade. Não chegou nem nisso. Porque não existia essa possibilidade. A questão política, era uma ditadura fechada, coercitiva e perigosa. [...] foram tempos difíceis. Então, em termos de metodologia... Eu tenho os livros lá até hoje, dos processos e técnicas, o serviço social de caso. Eu guardo, levo pros alunos, eles se divertem, assim, de ver os manuais, Balbina Otoni Vieira... [risos]. (Layla – assistente social – entrevista)

Nas falas das outras profissionais, são apontados aspectos favoráveis e desfavoráveis sobre a sua formação e sobre a abordagem realizada em torno do referencial teórico-metodológico. Apesar de não aprofundarem a discussão, identificamos aspectos importantes, que revelam lacunas da formação profissional, e outros considerados satisfatórios.

Na fala que se segue, a entrevistada destaca a dificuldade de compreensão da relação entre teoria e prática, apontando uma "distância" entre o que se vê na formação e o que o assistente social encontra na realidade concreta em que atua:

> Pontos positivos: o quadro docente era formado por mestres e doutores em Serviço Social – disciplina de estágio supervisionado, na grade curricular, onde era possível discutir e fazer a correlação entre prática e teoria. Pontos negativos: a forma como a teoria é abordada em sala de aula entra em discordância com a realidade presenciada no estágio. Na minha graduação, não havia convênio e ou parcerias para campos de estágios, que era feita pelos próprios alunos. (Camila – assistente social – entrevista)

A próxima fala enfatiza o referencial baseado na teoria social de Marx. Coloca-o como central nas discussões e considera-o positivo, por ter proporcionado subsídios para o seu agir profissional, sem, contudo, aprofundar esses apontamentos:

> O modo de pensar e intervir na realidade foi amplamente discutido, foram apresentados os diferentes posicionamentos da profissão ao longo de sua trajetória, com ênfase no marxismo, no pensamento crítico-dialético, pensamento dominante, atualmente, no Serviço Social... As amplas discussões e leituras auxiliaram na compreensão do referencial teórico e favoreceram a prática profissional. (Carolina – assistente social – entrevista)

As duas falas que se seguem revelam a dificuldade das profissionais para analisar seu processo de formação, mesmo que de maneira superficial, apontando uma confusão em relação à forma e ao conteúdo da formação profissional e seus determinantes para o agir profissional:

> *Grosso modo*, o profissional era treinado para ser executor terminal das políticas públicas implementadas pelo Estado. (Fátima – assistente social – entrevista)

> Negativos: as aulas eram muito teóricas, com poucos recursos audiovisuais. Positivos: com muita persistência, pois houve muitas trocas de docentes, especialmente na disciplina Fundamentos, me possibilitou obter através da teoria o embasamento para uma prática fundamentada em métodos. (Beth – assistente social – entrevista)

A fala que se segue mostra a compreensão da profissional sobre o caminho percorrido na formação para a construção do referencial teórico-metodológico do Serviço Social, situando essa formação no contexto mais amplo da educação superior no Brasil:

> Durante minha formação, na Unesp, foram abordados os referenciais teórico-metodológicos que embasaram a profissão em

> sua construção histórica, desde a influência católica, o tomismo, o neotomismo, o funcionalismo americano, a fenomenologia, o positivismo, o conservadorismo e o marxismo. Foi dada ênfase à teoria social crítica, como referencial hegemônico, a partir da ruptura com o conservadorismo, desencadeada pelo movimento de reconceituação. Apesar de todos os problemas relacionados ao sucateamento das universidades públicas, houve espaço para reflexão e construção de conhecimento. (Lucy – assistente social – entrevista)

Considerando as situações concretas vivenciadas pelos profissionais e aquilo que a formação profissional pode ou não oferecer-lhes, além da continuidade ou não da sua formação, José Fernando Silva (2013) aponta um dilema:

> Nisso tudo há um aspecto absolutamente fundamental: é preciso investir em uma formação profissional densa e sólida, empenhada em formar intelectuais que pensem criticamente coisas concretas. Essa formação, no entanto, vem sendo fortemente questionada – por diferentes tendências – como demasiadamente complexa e desnecessária para uma profissão "prioritariamente prática", em que a dimensão técnico-operativa se sobrepõe às outras dimensões (ainda que frequentemente se diga o contrário). (p.240)

O autor apresenta esta explicação para o dilema existente entre a formação, o trabalho profissional e a contribuição de Marx para o Serviço Social:

> A permanente angústia vivida e reclamada por diversos assistentes sociais ao lidarem com a "questão social" não tem como causa o debate estabelecido entre o Serviço Social, Marx e sua tradição (que remete à falsa ideia de que esse diálogo é inadequado, impertinente e gera confusões). *A verdadeira causa dessa angústia é ontológica, ou seja, está relacionada com a vida real dos seres sociais com os quais nós, assistentes sociais, trabalhamos e com nossa própria condição real como trabalhadores assalariados, alienado-estranha-*

> *dos, cenário esse reforçado pela desigualdade social estrutural que constitui a natureza da ordem burguesa em curso.* O que propicia a aproximação com a teoria social de Marx? Elementos preciosos para o desvelamento do estranhamento social, a possibilidade de resistir às investidas do capital para além de sua simples negação abstrata. (p.266, grifo nosso)

Se pensarmos que o assistente social tem a possibilidade de imprimir uma direção social ao seu exercício profissional, que advém da relativa autonomia que ele possui, respaldada na regulamentação da profissão, na formação universitária especializada e no código de ética (Iamamoto, 2008), podemos considerar que, com uma formação de qualidade, existe a real possibilidade de esse profissional se constituir como um agente autor do seu tempo, visualizando as dificuldades que o exercício profissional lhe impõe e os caminhos que poderá trilhar para uma atuação crítica.

No Capítulo 3 discutiremos os dilemas existentes entre a concepção teórico-metodológica dos assistentes sociais e sua atuação concreta em relação à realidade social, considerando sua formação e as condições objetivas em que vivem e nas quais realizam seu trabalho profissional.

Mais uma vez, recorreremos a José Fernando Silva (2013) ao finalizar esta discussão e retomá-la no capítulo seguinte. O autor traz importantes questões que expressam, de maneira significativa, o caminho que percorremos para perseguir os objetivos do estudo que originou este livro, considerando o processo em que se situam os profissionais, que abarca suas condições subjetivas e as condições objetivas da profissão:

> [...] como o Serviço Social como profissão e os profissionais assistentes sociais têm assumido e posto em movimento esse processo que, certamente, é complexo e contraditório? Qual a direção social empreendida pelos assistentes sociais ao assumirem tais funções? Qual a clareza sobre as contradições e armadilhas contidas nesse processo? (p.261)

3
Dilemas entre teoria e prática a partir da formação profissional e das condições objetivas do trabalho cotidiano

Neste capítulo discutiremos como se dá o exercício profissional do assistente social, a partir de sua formação e de suas condições de trabalho, considerando a necessidade do referencial teórico-metodológico e enfatizando os dilemas existentes nesse contexto, na relação entre teoria e prática.

A partir do conteúdo das entrevistas realizadas com as profissionais na pesquisa de campo apresentada neste livro, elucidaremos o que entendem como referencial teórico-metodológico do Serviço Social e qual o referencial que utilizam em seu trabalho profissional cotidiano.

Retomando brevemente as concepções abordadas no capítulo anterior, consideramos aqui a formação profissional como um processo que não se encerra na graduação, como observam Braz e Rodrigues (2013):

> [...] a FP [formação profissional] é um processo infindável, que tem na graduação um dos seus momentos (enfatize-se: um dos principais momentos) que se prolonga por toda a trajetória profissional e demanda atualizações permanentes como forma de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à sociedade – compromisso que, segundo nosso Código de Ética (1993), deve ser individual (de

> cada profissional) e coletivo (assumido pelas entidades da categoria). (p.256)

De acordo com esses autores, o caráter ininterrupto do processo formativo reside justamente no fato de que todo conhecimento é sempre aproximativo, ou seja, sempre perseguimos aquilo em que acreditamos, contudo sem chegar a conclusões definitivas, reafirmando a dialética desse processo.

A relação entre teoria e prática e o conceito de práxis

Atrelado às questões já abordadas neste livro sobre o mundo do trabalho e a formação profissional em Serviço Social, temos o dilema em torno da relação entre teoria e prática, presente no trabalho profissional, determinado cotidianamente pelas relações que o assistente social estabelece a partir de sua posição enquanto trabalhador, tendo uma formação específica e atuando sob determinadas condições.

Faremos alguns apontamentos sobre essa relação com base no conceito de práxis, enfatizando os conflitos que permeiam essa discussão a partir da construção do Serviço Social enquanto profissão e considerando a análise feita no Capítulo 2.

Sobre a intrínseca relação entre teoria e prática, que estabelece a indissociabilidade entre o trabalho profissional e o conhecimento teórico, expressa na formação profissional do assistente social, apresentamos a seguinte definição de práxis, de Sánchez Vásquez (1968), que elucida tal relação:

> Em resumo, a práxis se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades

> e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. Isso significa que o problema de determinar o que é a práxis requer delimitar mais profundamente as relações entre teoria e prática [...]. (p.208)

Considerando que a atividade prática significa uma ação efetiva e que, em contrapartida, a atividade teórica, para se materializar, requer sucessivas mediações, poderíamos ter aqui uma oposição entre o teórico e o prático. Entretanto, essa oposição é relativa, podendo ser definida como uma diferença dentro de uma unidade indissolúvel. Segundo Sánchez Vásquez (1968):

> A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (p.207)

Essa afirmação mostra a relação existente entre a teoria e a prática a partir da funcionalidade de cada uma no processo de conhecimento da realidade e de criação por parte do homem, entendendo-se que tal relação não pode ser encarada de maneira simplista ou mecânica. A prática não fala por si mesma, exige uma relação teórica, definida como a compreensão da práxis.

Sobre a práxis, Kosik (1976) ressalta:

> A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do

> homem não é atividade prática contraposta à teoria, é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (p.222)

É a partir dessa relação entre a atividade prática e a atividade teórica que se chegará ao resultado buscado por meio do processo de conhecimento, como observa Sánchez Vásquez (1968):

> [...] ajustando-se mutuamente uma à outra, e avançando por caminhos diferentes em direção ao final do processo de hipótese em hipótese – a atividade teórica –, e de experiência em experiência – a atividade prática –, ambas convergem no produto objetivo ou resultado real. (p.243)

No movimento do processo de conhecimento da realidade e criação por parte do homem, temos a definição da práxis, estabelecendo a relação entre ele e a realidade. Kosik (1976) escreve: "A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade" (p.222).

O conceito de totalidade não pode ser reduzido a uma exigência metodológica ou a uma regra metodológica na investigação da realidade. Deve, em primeira instância, responder à pergunta "o que é a realidade?", para depois responder "como conhecer a realidade?". Kosik (1976) afirma:

> A posição de totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese ao empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. (p.41)

Com essas reflexões iniciais, buscamos afirmar a relação orgânica que existe entre a teoria e a prática, mesmo considerando, como

observam Forti e Guerra (2010), que "[...] a cisão entre a teoria e a prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo". Os autores ressaltam:

> [...] o cotidiano profissional pode se mostrar obscurecido pelos atos repetitivos, objeto de pouca reflexão, caso os profissionais situem equivocadamente seu trabalho e o campo teórico e não aprendam que, em decorrência dos desafios que a realidade lhes impõe diariamente, é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado – e seu constante aprimoramento – que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. (p.8)

Para superar os equívocos que se estabelecem nesse terreno, os autores consideram que é preciso compreender que "[...] na realidade operam mediações de natureza diferente daquelas que figuram no conhecimento", realçando a importância da especificidade da teoria e da prática:

> No processo do conhecimento, a teoria e a prática, como elementos de naturezas diferentes – ou, se preferirmos, como polos opostos –, se confrontam a todo momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto de encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, a teoria e a prática mantêm sua especificidade e sua autonomia. A teoria tem que ser vista como crítica e busca dos fundamentos. (p.18)

A fala que se segue, que versa sobre a importância do referencial teórico-metodológico da profissão, ressalta a necessidade da reflexão crítica:

> Referencial teórico-metodológico se refere a fundamentos, estratégias e ações norteadoras do profissional. A teoria fundamenta a prática e o método norteia a prática. A investigação permite revelar a essência do problema e pensar o novo, *portanto, teoria e método, mesmo sendo elementos distintos, devem ser coerentes entre si.*

Devemos incorporar ambos no agir profissional. (Fátima – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Considerando que a teoria não "brota" da prática, mas sim da apurada reflexão sobre ela, o conhecimento teórico é o que permite ao profissional dar um sentido à sua ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações desse agir profissional (Forti; Guerra, 2010).

A atividade subjetiva que não se objetiva materialmente não pode ser considerada como práxis. A atividade teórica só existe pela prática e em relação com ela. Contudo, o ponto de vista do senso comum é o do praticismo, que significa prática sem teoria ou com o mínimo de teoria.

Pelo conceito de pragmatismo, aquilo que é verdadeiro se reduz ao útil. Entretanto, o conhecimento é considerado útil na medida em que é verdadeiro, e não verdadeiro porque é útil. Ao defrontarmos os principais elementos do marxismo e do pragmatismo, temos a contraposição entre teoria e prática: a redução do prático ao utilitário e a dissolução do teórico (verdadeiro) no útil.

Aqui concebemos a prática enquanto fundamento da teoria, pois é ela que determina o horizonte do desenvolvimento e do progresso do conhecimento. Para Sánchez Vásquez (1968):

> O conhecimento científico-natural progride no processo de transformação do mundo natural em virtude de que a relação prática que o homem estabelece com ele, mediante a produção material, coloca-lhe exigências que contribuem para ampliar tanto o horizonte dos problemas como o das soluções. (p.215)

A mútua dependência entre teoria e prática pressupõe que não existe a possibilidade de um trabalho profissional aceitável sem a afinação com uma perspectiva teórico-metodológica. O conhecimento teórico é que permite dar um sentido à ação, já que a teoria incide sobre o significado do fazer profissional. Segundo o autor:

> A atividade prática desenvolvida por um indivíduo é, por isso, simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela, é prático na medida em que se objetiva, e seus produtos são a prova objetiva de sua própria objetivação. (p.242)

A já conhecida afirmação: "na prática, a teoria é outra" revela uma questão importante, relativa à compreensão dos assistentes sociais sobre a relação entre teoria e prática e sobre os determinantes dessa compreensão para o seu pensar e o seu agir profissional. Essa frase aparece como um dos principais falsos dilemas da formação e do exercício profissional e expõe a necessidade do conhecimento para iluminar o caminho da intervenção. Forti e Guerra (2010) ressaltam:

> [...] são imprescindíveis momentos de apropriação teórica para que haja uma inserção qualificada do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, uma inserção que viabilize respostas competentes às demandas sociais e que seja, portanto, avessa ao falso dilema de que "na prática a teoria é outra". (p.20)

Reproduzimos a seguir a fala de uma das entrevistadas, na qual ela enfatiza essa separação entre os conceitos de teoria e prática, denotando a ausência da continuidade do processo formativo como determinante para sua visão equivocada sobre a relação entre eles. Essa visão é ratificada pelas demais falas da mesma profissional, já apresentadas neste livro:

> Pelo menos, assim, a teoria do Serviço Social que até hoje a gente vê em algumas coisas, ela é muito bonita. Nem sempre na prática a gente consegue efetivar o que a teoria fala. A gente vê algumas dificuldades mesmo. (Eleonor – assistente social – entrevista)

Mas nas falas das profissionais capturamos também perspectivas mais afinadas com a discussão crítica em curso na profissão sobre o referencial teórico-metodológico e sobre a relação entre teoria e prática, como vemos a seguir:

> *Eu fico doida quando uma pessoa fala: na teoria é uma coisa e na prática é outra. [...] Eu não consigo separar isso.* E sempre assim, com marcos bem claros para mim. O marco civilizatório, quer dizer, o que é que a gente quer em termos de civilidade, para nossa vida, não para a vida do outro, para nossa vida enquanto sociedade. O que é que a gente quer para nossa vida em termos de conquista de direitos, conquista de democracia, e qual o meu posicionamento ético diante da profissão que eu exerço. Isso é baliza de aonde eu quero chegar. (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso)

A respeito do significado de afirmações como essa proferidas pelos assistentes sociais, Santos (2012) observa:

> Na verdade, o que essas afirmativas, verbais e escritas, expressam, é a dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática e, consequentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional, que rebate numa expectativa equivocada no que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Assim sendo, trata-se de um problema que não pode ser ignorado ou mascarado e que envolve diretamente a formação profissional. (p.2)

A autora aponta a importância da reflexão sobre as três dimensões que constituem a profissão, enfatizando a abordagem superficial sobre a dimensão técnico-operativa na formação profissional e o parco entendimento dos profissionais acerca da relação entre teoria e prática:

> [...] considero que a lacuna existente hoje quanto à questão dos instrumentos e técnicas dos assistentes sociais no Brasil advém de

> uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico-dialético. O Serviço Social avançou quando enfatizou a unidade entre as dimensões da prática interventiva em uma relação dialética, evidenciando a diversidade. Todavia, a formação profissional trata a unidade sem levar em conta as suas diferenças, ou seja, não trata as especificidades de tais dimensões. (p.4)

Com relação à afirmação de que na prática a teoria é outra, a autora ressalta:

> [...] quando a categoria profissional afirma que na prática a teoria é outra, parece estar utilizando a palavra prática como sinônimo de mercado de trabalho ou instituições empregadoras, e a palavra teoria como sinônimo de formação profissional ou de conhecimentos. Ela se ressente de os conhecimentos que obteve na formação não estarem adequados ou apropriados às requisições feitas pelo mercado de trabalho. A queixa é de que há uma distância entre o apreendido em sala de aula e o vivenciado na prática interventiva. Na verdade, é um problema entre a realidade da formação e a realidade do mercado de trabalho. Como os profissionais não têm clareza teórica do que seja prática e do que seja teoria, associam-nas a mercado de trabalho e formação, respectivamente. Trata-se, porém, de categorias diferenciadas. Esse debate refere-se à adequação da formação ao tipo de exigência que se faz ao profissional. (p.94-5)

Para a autora, o falso dilema se vê "resolvido" se consideramos que,

> [...] na perspectiva do materialismo dialético, *na prática a teoria só pode ser ela mesma*, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens; assim, não há como na prática a

> teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. (p.27-8)

A questão da teoria e da prática no Serviço Social, a partir da racionalidade burguesa, aponta para um quadro em que a formação profissional se vê limitada e não condizente com os pressupostos legais aos quais deveria responder, conforme ressaltado no início deste capítulo. José Fernando Silva (2013) esclarece:

> A racionalidade burguesa em curso, nas suas diversas e heterogêneas formas de manifestação, tem frequentemente limitado a formação profissional a um leque amplo de informações imediatamente úteis à intervenção profissional que reduzem a teoria a um conglomerado caótico e eclético de referenciais (circunscritos às "ilhas de excelência produtoras do conhecimento"), e a prática a um conjunto de intervenções pontuais e cirúrgicas capazes de produzir mudanças igualmente localizadas (ditas eficientes). (p.125)

Pluralismo, ecletismo e sincretismo no Serviço Social: dilemas da teoria e da prática

A história do Serviço Social brasileiro, permeada por constantes mudanças e engendrada por avanços significativos em vários aspectos, aponta para um quadro em que se discute a existência do pluralismo[1] enquanto algo almejado pela profissão e, em contrapartida, a persistência do ecletismo como algo que sempre acompanhou o Serviço Social e que ainda encontra espaço na produção teórica e no trabalho profissional.

---

1 O Código de Ética do Assistente Social, revisto e publicado por meio da Resolução Cfess número 273, de 13 de março de 1993, em seus princípios fundamentais (inciso VII), afirma seu compromisso com a garantia do pluralismo, "[...] através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual" (Barroco, 2012, p.128).

Para Paulo Netto (1996a), pensando na natureza socioprofissional do Serviço Social, foi da carência de um referencial teórico crítico-dialético que derivaram as peculiaridades que fizeram dele um exercício prático-profissional medularmente sincrético. Essa estrutura sincrética do Serviço Social se localiza no seu sistema de saber, embasando e legitimando suas práticas e representações. O autor, analisando o sincretismo como um princípio constitutivo do Serviço Social, considerando-o como

> [...] fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. (p.88)

O autor (1996a) define como fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se colocou à profissão como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção.

Pontuando um importante aspecto dessa prática sincrética, ele infere que "é próprio da prática que se toma sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito, reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando a sua indiferenciação operatória" (p.102).

Mais adiante, em sua obra, o autor irá especificar quais são os vetores que convergem para essa prática sincrética, quais sejam: as condições de intervenção determinadas pelas refrações da questão social, o referencial das ciências sociais gestadas na razão tornada miserável, a continuidade das expectativas que envolviam as protoformas do Serviço Social e a inserção peculiar do assistente social na divisão sociotécnica do trabalho. Paulo Netto (1996a) escreve:

> Se, originalmente, o sincretismo permeia a prática profissional do Serviço Social como derivação das condições (histórico-sociais

> e teórico-ideológicas) da sua emergência, consolidado o Serviço Social como profissão, a dinâmica passa a ter como suporte a sua prática: seu peculiar sincretismo prático condiciona largamente o sincretismo de suas representações. (p.105)

A ultrapassagem do sincretismo teórico no Serviço Social, diretamente relacionada com a superação da sua vinculação com o pensamento conservador, para o autor "[...] é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional". Entretanto, essa superação está condicionada à "[...] interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada a sua intervenção prático-profissional" (p.147).

Nessa esteira, Paulo Netto questiona se o sincretismo teórico do Serviço Social é um dado permanente ao qual estaria condenada a profissão ou se poderia ser ultrapassado. Veremos adiante que, ainda na época atual, esse lastro de ecletismo teórico se encontra presente no Serviço Social, confundindo-se por vezes com o pluralismo.

Quanto à relevância do conceito de pluralismo, Coutinho (1991) destaca:

> Pluralismo [...] é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (p.14)

Segundo Paulo Netto (2011), mesmo um projeto que conquiste a hegemonia nunca será exclusivo. A importância do pluralismo reside justamente no fato de que

> [...] a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida

> social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas. (p.6)

Para o autor, considerando esse pluralismo profissional, o projeto hegemônico de determinado corpo profissional supõe um acordo sobre os aspectos do projeto que são imperativos (obrigatórios, compulsórios) ou indicativos (não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento). Ele salienta que mesmo entre os aspectos imperativos há divergências, como com relação ao código de ética profissional (contestação de princípios e normas).

Com relação a essa questão, trazemos os apontamentos de João Bosco G. Pinto, contidos nos *Cadernos Abess* n.6, de 1993, sobre as diferentes posturas frente às teorias que norteiam o "desempenho" do Serviço Social: a uniformização, o ecletismo, o pluralismo e o caos.

De acordo com o autor, a uniformização existe quando um único paradigma teórico é apreendido, com a exclusão dos demais, sobre os quais geralmente não se tem o devido conhecimento, remetendo a um dogmatismo teórico.

O ecletismo ocorre quando são misturados conceitos diferentes ou antagônicos de corpos teóricos diferentes, supondo uma aparente coerência.

O pluralismo se dá a partir da integração de conceitos e teorias que não são logicamente contraditórios, com base em uma postura epistemológica e teoricamente coerente. Essa postura pluralista requer o conhecimento aprofundado de todos os campos que se pretende abordar, evitando o ecletismo enquanto postura simplista e simplificadora.

O caos ocorre, segundo o autor, quando o profissional não possui a devida clareza sobre os campos ou paradigmas teóricos, o que o leva a utilizar noções do senso comum geralmente disfarçadas na

forma de conceitos. Essa postura se configura como algo bastante polêmico, se pensarmos nas condições objetivas em que os assistentes sociais atuam: "Quem sabe esta ausência de teoria, ou este caos teórico, as(os) prepare melhor para um certo tipo de desempenho profissional burocrático e repetitivo, que é, muitas vezes, o que o sistema delas(es) requererá, sem muitas complicações?" (Pinto, 1993, p.32).

Apontando as lacunas no processo de formação profissional que incidem diretamente sobre as posturas assumidas pelos assistentes sociais descritas, o autor (1993) conclui que, para além da preocupação com os diferentes paradigmas teóricos e suas contradições, deve haver a real preocupação em como efetivar uma formação que possibilite que os graduandos:

> a) saibam utilizar uma determinada teoria científica em seu fazer profissional cotidiano; b) reconheçam as implicações práticas de certas posturas epistemológicas e teóricas; c) encontrem um modo de refletir sobre sua ação, para que possam, registrando-a e sistematizando-a, transformá-la em conhecimento prático. Para alcançar isto parece ser necessário rever toda a estruturação de nossos cursos de formação, desde seus objetivos, incluindo o perfil profissional, passando pelos conteúdos, até os processos e métodos didático-pedagógicos utilizados na prática de ensino, sem esquecer o estágio, enquanto etapa prática de aprendizado profissional. Não é uma tarefa fácil, nem mesmo rápida, mas parece-me necessária e até urgente. (p.45)

Iamamoto (2008), outra importante autora do Serviço Social, contribui com esse debate dizendo que o pluralismo

> [...] supõe o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional, assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. (p.226)

Entretanto, a autora salienta que esse pluralismo não deve ser identificado com a sua versão liberal,

> [...] na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe. (p.227)

Sobre a relação entre as diferentes vertentes que se afirmaram no desenvolvimento da profissão e a afinação desta com a vertente crítica, Paulo Netto (2011) escreve:

> Na acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável o fato de, naquilo que ela teve e tem de maior relevância, incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional – nela se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isto significa que, também no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (ou seja: de concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes). À quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico. (p.12-3)

Também sobre a questão do pluralismo, a partir da construção e afirmação da profissão, Yazbek (2009) coloca:

> [...] a reafirmação das bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de

> pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes. (p.25)

Diante da análise realizada até o momento, pode-se dizer que o Serviço Social, mesmo não sendo uma ciência ou não dispondo de uma teoria própria, não está impedido de produzir conhecimento. Talvez o principal desafio que se coloca hoje para os assistentes sociais resida justamente na dificuldade de, segundo Iamamoto (2008), integrar os fundamentos teórico-metodológicos com a pesquisa concreta de situações concretas, as quais são objeto de trabalho desse profissional, dificuldade que poderá ser enfrentada através de uma sólida fundamentação teórico-metodológica.

Contudo, a partir da formação profissional, como vimos, a apreensão do profissional sobre a dimensão teórico-metodológica se dará de maneira conflituosa, refletindo em uma atuação destituída de referenciais e permeada por conflitos que o assistente social não se vê apto a desvelar. Segundo José Fernando Silva (2013):

> Qualquer teoria social que não responda imediatamente às angústias e às demandas imediatamente impostas aos profissionais *é rapidamente descartada e rotulada de inadequada, demasiadamente complexa, "genérica", "fora da realidade" ou, de forma mais direta, "ineficiente" e "ultrapassada"*. A solução, então, recupera um leque de conhecimentos ecléticos que reforçam o sincretismo presente na profissão desde sua origem. Esse cenário vem sendo potencializado, no campo da formação profissional, por um processo intenso de precarização do ensino (à distância – em si precário particularmente na graduação – e presencial), que, por caminhos diferentes, destroem a possibilidade de uma formação sustentada na educação integral nos níveis de ensino, pesquisa e extensão. Evidentemente que esse contexto inviabiliza uma discussão séria – ainda que sempre inacabada – acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental que orientam as

> diretrizes curriculares em curso. Reafirma, ao mesmo tempo, a razão instrumental como orientação básica para a produção de certo tipo de conhecimento, descartando a razão ontológica, ou seja, o movimento da razão que persegue a dinâmica real de coisas materiais (reconstruindo suas múltiplas mediações, certamente complexas), como um procedimento estranho e desnecessário à profissão e aos profissionais. (p.127-8)

O mesmo autor, na obra indicada, inclui uma citação de Yazbek que trazemos para a discussão, pela sua relevância e porque, na nossa opinião, reúne a ineficiência da formação, as determinações da sociabilidade burguesa e os dilemas vividos *in loco* pelos profissionais, oferecendo um exemplo contundente para a nossa reflexão:

> Você vai lá, Dona Maria, está com um problema desse tamanho e isso é vital para ela, tem um filho que está começando a se aproximar do mundo das drogas. Marilda afirma e eu lembro o tempo todo dessa afirmação: "a profissão é socialmente determinada". Entre as determinações colocadas ao exercício dessa profissão estão essas condições a que eu estou me referindo aqui. Isso deixa o assistente social "esquizofrênico", porque ele vai ao CBAS, por exemplo, e discute a vida política, a emancipação humana (que já é outra ordem societária), é socialismo ou barbárie (não é assim que o Zé Paulo termina a fala?), e aí ele chega lá em seu cotidiano e ele tem que atender a dona Maria, que tem o filho frequentando um lugar de drogas, e ela está morrendo de medo, e o que ela faz? E ela precisa conversar, e precisa de uma orientação, aí o assistente social pensa: "Bom, eu não sei nada disso, vou buscar o enfoque sistêmico". Existe algum erro nosso, dos que não são sistêmicos, que gera essa questão e que não dá nenhuma resposta. (Yazbek, apud Silva, 2013, p.213)

Diante disso, José Fernando Silva (2013) aponta a necessidade de se construir as devidas mediações a partir das particularidades com as quais lidam os assistentes sociais no cotidiano, a fim de que tais conflitos não se aprofundem ainda mais, o que ocorrerá, segun-

do o autor, "[...] não pelo 'descompasso' entre o que se escuta nos congressos e se vê diariamente na prática, mas pela dureza e pelo aprofundamento da 'questão social', expressa imediatamente em dramas pessoais no cotidiano profissional" (p.216).

A citação de Yazbek reproduzida anteriormente guarda relação com o conteúdo trazido pelos sujeitos da nossa pesquisa, como veremos na fala a seguir e no próximo item deste capítulo. Esta fala enfatiza justamente essa dificuldade do profissional de visualizar as perspectivas do referencial teórico-metodológico para o seu trabalho profissional:

> Ao mesmo tempo que você tá lidando com um referencial que entende o antagonismo do capitalismo, essa questão que procura defender o trabalhador, *e a gente também está inserido nessa classe trabalhadora*, então, assim, eu entendo isso, eu procuro usar esse referencial, só que eu vejo que na atuação a gente se vê com muita contradição. [...] Nas avaliações sociais para o BPC [benefício de prestação continuada], *quando eu estou atuando, eu procuro olhar a pessoa numa perspectiva de totalidade, não só olhando o presente ali, mas sabendo que tudo o que ela está vivenciando faz parte de um contexto mais amplo, e procuro verificar essas questões*. A maioria são trabalhadores que não estão trabalhando, ou, devido a uma deficiência, eles não estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho... Então tudo isso a gente analisa, procuro analisar quando eu estou avaliando, procuro orientar também a pessoa nessa perspectiva. Mas eu vejo que é limitado. *A gente sabe que o próprio benefício se limita a [renda* per capita*] inferior a um salário mínimo, entendeu? ele é extremamente focalizado, está num critério, deveria ser um direito... Universal não é, ele é focalizado*. Ele [referencial] não dá conta de todas essas questões. Então tem que se fazer várias mediações para conseguir atuar. Eu procuro utilizar esse referencial, me basear nesse referencial, *mas às vezes eu me pergunto: será que eu estou reproduzindo, numa perspectiva funcionalista, já que o sistema é assim... É uma angústia para o profissional.* (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Dificuldades acerca do referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional

A partir das reflexões realizadas até o momento, podemos afirmar que as falas das profissionais entrevistadas na pesquisa de campo expressam as dificuldades dos assistentes sociais com relação ao referencial teórico-metodológico do Serviço Social, apontando para um conflito entre a teoria e a realidade concreta em que atuam, dificultando a visualização da relação intrínseca existente entre teoria e prática.

Sobre a questão relativa ao que constitui o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, as respostas mostraram-se bastante diversificadas. Em algumas houve maior aprofundamento, outras foram mais superficiais, denotando equívocos dessas profissionais com relação a esse referencial.

O depoimento a seguir mostra que a profissional, ao explicar o que seria o referencial teórico-metodológico da profissão, confundiu-se, mas mencionou a importância da junção entre teoria e método:

> Como o fio condutor, os métodos seriam as ferramentas a serem utilizadas na prática profissional, como a pesquisa bibliográfica e documental, interações inter e extrainstitucionais e pessoais, na perspectiva da dimensão técnica do trabalho, que possibilitariam ao profissional atingir a dimensão operativa. Quanto à teoria no decorrer da graduação, se apresentam diversas linhas filosóficas, onde há destaque para os movimentos antes e pós-reconceituação. Para mim a junção método/teoria foi ultrapassar o pensamento comum do trabalho "afetivo" como a sociedade normalmente se reporta à assistência social, evoluindo para a atuação efetiva junto às políticas públicas e aos cidadãos, seja na esfera pública ou privada. O método e a teoria podem variar, porém devem ser norteadores e adequados para que se atinja o resultado esperado. (Beth – assistente social – entrevista)

Mesmo tendo se formado já no final da década de 1990, período no qual a profissão já se encontrava em um momento mais sólido e com uma crítica mais elaborada sobre seu significado e sua construção teórico-metodológica, temos claro, nessa fala, o caos trazido na discussão realizada anteriormente neste capítulo sobre as diferentes posturas frente às teorias que norteiam o "desempenho" do Serviço Social.

Os dois depoimentos a seguir, de duas profissionais que atuam na mesma área, expressam o conflito para diferenciar o referencial teórico-metodológico dos instrumentos utilizados no trabalho profissional cotidiano, denotando o seu afastamento das discussões teóricas correntes na profissão. A primeira reconhece esse afastamento como algo negativo para sua atuação. Já a segunda apenas faz suas observações sobre o referencial, confundindo-o com a discussão sobre os instrumentos.

> Quando se fala assim em referencial teórico, eu penso que são as normas, algumas condutas, não?, um norteador para as nossas ações, exemplo, o referencial teórico que a gente utiliza aqui, não sei se eu posso falar, não dá para ser positivista, né?, porque aqui, apesar de vir uma solicitação de guarda, não dá para você só ir para fazer a entrevista e pensando na guarda, eu tenho que ir lá e pensar, além da guarda, eu tenho que ir lá e ver se a criança está com saúde, educação, se ela está sendo atendida em todos os outros aspectos, eu não posso mirar só na guarda, esse não pode ser meu único foco de ação quando pedem para a gente atuar. Aí, o referencial metodológico eu não sei te dizer qual seria o nome... Gente, *como a gente está afastada da teoria! Eu acho que são todos os instrumentos que vão facilitar as nossas ações, quando a gente pensa em referencial teórico-metodológico, e alguns que* [...] *são básicos do Serviço Social, por exemplo, um referencial, um instrumental que a gente usa muito aqui é a visita domiciliar.* Isso é diferente de você fazer uma entrevista aqui e você ir *in loco*. Eu acho que você consegue entender muito mais a realidade daquela família. Porque aqui tem um endereço, é rua tal, número tal, aí, quando você vai para lá, você entende por que ela não manda a criança para a escola, por que onde ela está inserida,

por que a criança se apresentou de uma forma suja na entrevista... Aí você chega lá e vê que nem tem toda a infraestrutura no bairro... Então eu acho que um dos instrumentais que fazem com que a gente consiga ver a realidade do nosso usuário é a visita domiciliar. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Quando nos referimos ao referencial teórico-metodológico do Serviço Social, entendo que são as disciplinas que se fazem necessárias ao entendimento do indivíduo em seu contexto, seja ele grupal, familiar, comunitário etc. Nesse caso: psicologia, sociologia, política, economia. De outro lado, a metodologia necessária e específica do Serviço Social no trabalho de cada área que toma aspectos próprios em cada tipo de intervenção. *Outro referencial são os procedimentos necessários a cada atuação: entrevista, visita domiciliar, observação e outros, sempre com o olhar específico do assistente social.* (Geni – assistente social – entrevista, grifos nossos)

Vemos nessas falas uma exacerbação da dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões, principalmente da teórico-metodológica, sobre a qual as profissionais foram solicitadas a refletir a partir das perguntas da entrevista.

As falas a seguir demonstram certa compreensão acerca do referencial teórico-metodológico da profissão, sem contudo avançar na discussão. As observações das entrevistadas são feitas de maneira superficial. Ambas reconhecem esse referencial como base do trabalho, mas não o mencionam.

Seria o subsídio, a base do Serviço Social, como eu entendo, como eu pratico, como eu vou atender. Qual seria realmente o meu trabalho, o que subsidia a minha forma de trabalhar, seria a minha base, o meu aporte, eu teria uma base de fato para conseguir exercer a minha função. (Carolina – assistente social – entrevista)

Deixa eu falar com as minhas palavras, faz tempo que eu saí da universidade... *Referencial para mim é aquilo em que eu me embaso*

> *quando eu vou refletir, quando eu vou atuar como profissional, quando eu vou olhar a realidade, eu tenho que me embasar numa visão de homem e de mundo, tenho que ter uma referência.* A partir de que olhar, a partir de que referência, então eu entendo que é isso. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

O trecho de entrevista reproduzido a seguir mostra que esta assistente social foi a única que de fato mostrou uma compreensão e uma análise mais aprofundada sobre o referencial teórico-metodológico da profissão, mencionando as mediações a serem feitas na análise desse referencial para uma leitura crítica da realidade:

> Eu separo assim: eu tenho um instrumental técnico-operativo, que são as respostas, são as vias de aproximação da realidade, de pensar a intervenção, de realizar a intervenção; eu posso pensar isso de uma forma absolutamente alienada, e eu posso pensar isso de uma forma crítica, indo pela via da instrumentalidade. Bom, então eu tenho possibilidade de manusear tudo isso de uma forma crítica, política, teleológica, e que dá um movimento para isso que vai além de uma técnica, que vai além de um instrumento. Vai da forma como você pensa e reconhece a sua atuação profissional. *E as mediações, né?, as instâncias de passagem que você tem que fazer o tempo todo. O que essa família traz, onde estão as singularidades, como é que vou fazendo então as instâncias de passagem para poder fazer uma leitura mais geral, mais de totalidade disso,* e eu falo que isso é o mais maravilhoso dessa profissão, é isso que me encanta nela a cada dia: é essa possibilidade que a gente tem de fazer essa leitura, e de trabalhar as relações em diferentes patamares. Isso é maravilhoso. Então não se trata só de colher dados, de fazer o quanti-quali... (Layla – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Com relação à questão sobre qual seria o referencial que orienta o trabalho profissional, houve grande heterogeneidade nas respostas. Na maioria delas, verificamos a ausência de qualquer referencial e a preocupação com normativas para orientar a prática profissional.

Observamos também a contradição existente entre o suposto referencial da profissional *versus* a instituição, gerando um conflito para os assistentes sociais, que acabam por perder as especificidades e as possibilidades da profissão.

A fala a seguir parece-nos bastante interessante. Aborda a dificuldade da profissional para encontrar seu embasamento para a ação, a partir das condições concretas com que depara e da não visualização de novas perspectivas dentro da própria profissão, o que poderia ser vislumbrado com a continuidade dos estudos.

> No meu caso, eu terminei a faculdade e parei de trabalhar. Eu voltei a trabalhar depois de doze, treze anos. E principalmente, aqui no HC, a gente está sempre procurando se atualizar, por exemplo, em relação aos programas, às políticas sociais, essas coisas. *Mas em relação à teoria do Serviço Social é muito pouco o que a gente faz aqui.* Porque aqui você já tem uma rotina de trabalho que você faz, e do que a gente encontra aí fora, que a gente orienta, os usuários, paciente, família, e a própria equipe de trabalho, aqui no hospital é muito pouco, você tem que conhecer aí fora, *é muito pouco usada a teoria do Serviço Social. O que a gente usa é entrevistas, faz a anamnese, que é para você conhecer a família, o diagnóstico social; isso aí a gente todo dia usa.* Mas agora eu não me lembro para falar "tal autor"... Sinceramente eu não me lembro. E o que a gente usa é essa ferramenta mesmo de... Os instrumentais, para você fechar o diagnóstico, a gente trabalha muito com a equipe multidisciplinar. *A gente, enquanto assistente social, acaba traduzindo muita coisa da família para o médico e do médico para a família.* Faz esse acompanhamento, nosso trabalho é muito em cima de orientação mesmo, é o que a gente faz o tempo todo aqui. A gente acaba sendo facilitadores dos usuários, tanto de entender todo o processo da internação, como é a instituição, tanto como os recursos que eles vão pode utilizar depois, os direitos. Isso é o nosso trabalho aqui. Nós trabalhamos com... *Minha supervisora fala muito do sistêmico... Não sei se... A gente acaba trabalhando isso também.* (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Fica claro nessa fala o olhar apenas para o aspecto operativo, em detrimento das outras dimensões, e a ausência total do aspecto teórico para iluminar a ação cotidiana. Podemos dizer que há uma negação do Serviço Social, considerando que a perspectiva trazida pela profissional coloca o assistente social na condição de tradutor entre o profissional médico e o paciente acompanhado no serviço em que a profissional atua. Para além disso, temos uma negação do aparato teórico construído pela profissão ao longo do seu desenvolvimento, desconsiderando todos os avanços e percalços desse processo.

As duas falas a seguir remetem a uma intervenção profissional totalmente destituída de referencial teórico-metodológico e novamente à dificuldade para definir esse referencial, apesar da boa intenção no atendimento às demandas dos usuários. Ambas as profissionais atuam na mesma área e exemplificam a confusão entre referencial e instrumentos, a partir da ausência de definição de uma teoria e de um método norteadores do trabalho.

> *Eu só posso dizer qual [referencial] não é: que não é o positivismo! Porque eu acho que a gente tem que ter uma visão que eu acho que até responde essa do pluralismo, né? Não pode ser uma coisa muito focada, porque a questão social não se apresenta só de uma forma,* a criança não está indo na escola, está faltando educação, mas, na verdade, está faltando a orientação desses pais, eles estão reproduzindo uma coisa que eles vivenciaram, eles não foram à escola e eles não veem também a necessidade de a criança ir para a escola. Aquele desespero já de incluir ela no mercado de trabalho para ser uma fonte de renda em casa. Isso na verdade vai aliviar imediatamente o sofrimento deles, mas a longo prazo não vai aliviar, porque essa criança vai continuar sendo uma pessoa que não se especializou e não vai ser inserida no mercado de trabalho, vai ficar sempre com um subemprego. E geralmente, quando eu vou para uma prática, apesar de vir focado, vir uma determinação judicial para você ir fazer um estudo de guarda, para avaliar se é o pai ou a mãe, quais são, qual deles é o melhor para ficar com essa criança, eu procuro ver dentro do casal

quem está mais estruturado para atender todas as necessidades da criança. E levo também em consideração a entrevista com a criança. Ela também vai me dizer com quem ela se sente mais à vontade, porque, por mais que o pessoal fale: ah, é muito cheio de regra, muitas vezes ela prefere ficar onde tem mais regra, onde ela se sente mais segura. Quando as coisas são muito soltas, a criança não dá conta, não. (Camila – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Todos os aspectos acima referidos são aplicados em maior ou menor proporção, desde o referencial teórico obtido pelo estudo das disciplinas, até o uso adequado das técnicas específicas e os princípios que norteiam nossa atuação. Exemplo na área das varas de família: Ação judicial – separação de casal – guarda dos filhos – regulamentação de visitas. Quando um casal se separa, o assistente social estuda cada pessoa envolvida – pai, mãe, enfocando principalmente os filhos. Conhecimento da história individual do homem, da mulher, da vida em comum, da chegada dos filhos, expectativas, para a partir daí verificar a forma mais adequada de garantir aos filhos que, mesmo com a separação, restem garantidos os contatos com pai e mãe, convivência com ambas as famílias extensas (tios, avós, primos etc.). *Isso tudo é realizado através de visitas domiciliares, entrevistas individuais e conjuntas, observação e compreensão dos históricos pessoais de cada um*. (Geni – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Já os dois depoimentos reproduzidos em seguida revelam a identificação das profissionais com dado referencial teórico-metodológico, ao mesmo tempo que mostram as contradições existentes na escolha desse referencial frente às demandas colocadas pela realidade concreta em que elas estão trabalhando.

Acho que até por ter vindo da Unesp a gente *usa o referencial teórico-metodológico marxista, até pelo nosso código de ética*. Aqui na UE a gente trabalha muito assim, não teria como fugir disso. *A gente trabalha com uma coisa geral, a parte do universal, e também o*

que seria individual do paciente, porque é impossível você não particularizar a situação, mas também não entender o geral, não tem como você não fazer as duas coisas. A gente também trabalha em cima de direitos, de políticas, o que também faz parte dessa emancipação que a gente busca no nosso cliente, no paciente que a gente está atendendo, na nossa população. [...] A gente trabalha com a psicologia, precisa atender junto com ela para a gente entender aquele sofrimento que é algo realmente particular, que é algo dela, o que aquela violência significava para ela, mas dentro de um global para nós, que envolve direito, envolve uma medicação, envolve outras políticas. Acho que a violência sexual é um bom exemplo para a gente aqui na UE, que é algo muito singular, a nossa demanda é muito singular, não tem como você generalizar, porque são sofrimentos diferentes. A violência sexual para a mulher é uma coisa mais difícil, e é o que mais chama a atenção para a nossa demanda de causa externa, diferente de um acidente, que pode ser uma fatalidade, como pode ter sido uma omissão, alguém que acabou sendo negligente... Mas acho que a violência sexual chama mais a atenção para o nosso referencial, porque a gente acaba trabalhando muito com a parte do que significou aquilo para ela, como ela vai reagir a tudo aquilo. E as demandas para isso são poucas, na verdade, a gente tem poucas políticas que protegem essas pessoas vítimas de violência. Hoje a gente tem a Lei Maria da Penha, mas ela não protege a vítima de violência sexual espontânea na rua. É bem complicado, as pessoas não denunciam, é uma demanda que é diferenciada para a gente, sim. (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso)

É a seguinte questão: *a gente sabe que o referencial hegemônico da profissão é o marxismo, e eu concordo, e tento me embasar nesse referencial, mas a gente tem muita contradição*... Na verdade, a gente procura usar tanto na prática, na análise, na atuação, em tudo o que a gente vai fazer, mas existem contradições, porque nem de tudo ele dá conta. Você vem com uma perspectiva, você vem com um referencial, mas a instituição vem com outro. Então tem que trabalhar essa contradição, porque o marxismo não dá conta também de tudo... *Não tem como... Você trabalha numa perspectiva de Marx,*

> *que defendia uma sociedade diferente, e você está numa sociedade capitalista. É nessa questão que o referencial não dá conta de tudo isso.* [...] A gente também trabalha com a reabilitação profissional, e aí são trabalhadores que a gente tem que preparar para voltar para o mercado de trabalho. Então, aí, para você entender a categoria trabalho, tudo isso, fica mais presente ainda o referencial marxista, mas nem sempre a gente consegue atuar plenamente, a gente faz o que está dentro dos limites que a instituição permite, é isso. A atuação baseada nesse referencial, mas com todas as contradições próprias e dentro dos limites que a instituição permite. É claro que a gente procura propor, mas não tem como, você está empregado numa instituição e você também está sujeito ao que ela determina, por mais que a gente oriente o segurado/requerente/usuário sobre os seus direitos, a gente procura orientar também, a gente sabe que é importante a mobilização dos trabalhadores, mas é limitado. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Essa fala mostra que, de acordo com a apreensão da profissional sobre o referencial, sua visão é que ele é limitado para auxiliá-la na reflexão sobre seu trabalho, apesar de identificá-lo afinado com os princípios da profissão, como pudemos ver nas discussões realizadas nos capítulos anteriores. Aqui vemos exemplificada a angústia do profissional ao concluir que a teoria da qual dispõe para orientar seu trabalho não é suficiente para "solucionar" todos os dilemas que a realidade lhe apresenta.

O depoimento seguinte demonstra a escolha do referencial teórico-metodológico pela profissional e a visualização dele no seu agir profissional, expondo de maneira clara, através de exemplos do cotidiano, a importância da afinação com um referencial para uma atuação crítica e comprometida com os princípios éticos da profissão, tudo isso balizado em uma perspectiva crítica acerca da relação entre teoria e prática.

> Eu tenho um protocolo de entrevista. A entrevista é um instrumento, eu aplico isso. A condução disso é apreender essa fala, fazer

> essa passagem, da situação singular que a "Maria" vive, de mulher trabalhadora, que mora na periferia, que tem um marido violento, do qual ela não depende financeiramente, mas que é importante para ela, porque ela é mulher, e mulher precisa ter um companheiro, mulher não pode ficar sozinha... A forma como eu vou apreender a fala dela, o que ela está me passando ali na entrevista, fazer uma análise e devolver isso para ela, às vezes traduzir isso para ela, é a minha instrumentalidade. Quer dizer: eu preciso empoderar essa mulher, essa mulher precisa ter mais autonomia, essa mulher precisa ter mais consciência da situação dela, enquanto mulher trabalhadora que mora na periferia. E eu tenho que ter recursos técnicos, porque também não é no discurso que eu vou conseguir fazer isso; é na minha relação com ela, no nosso relacionamento que eu vou tecer isso. *Mas aí eu tenho que ter um referencial, porque aqui eu preciso saber aonde eu preciso chegar. E fazer isso com muito cuidado.* Eu falo: se possível, com toda a ética do mundo e, se possível, com afeto. No olhar, no gesto, no sorriso, no acolher, na escuta... Afeto nesse sentido, no sentido da solidariedade mesmo, porque sem isso você não dá conta de acolher o outro. *E isso a gente faz o tempo todo: é na visita domiciliar, é na relação. Isso é construído na relação. [...] Não tem como fugir. Isso é a instrumentalidade, porque isso me dá posicionamentos políticos: eu vou trabalhar na defesa do quê?* [...] Então, como será que as pessoas fazem para tomar essas decisões, *como será que os profissionais fazem? O que eles usam como referência? O que eles têm de clareza disso?* Porque, conforme a via que você operacionaliza isso e estabelece essa relação com a família, você destrói uma família, você destrói uma melhor. Às vezes a gente não tem muitas possibilidades de mudar a família para melhor, mas para pior você tem muita possibilidade, de ajudar a revitimizar, a jogar mais na exclusão, fazer com que ela se sinta mais porcaria. (Layla – assistente social – entrevista, grifos nossos)

Na última fala sobre a questão, a assistente social expressa de maneira contundente a confusão do profissional com relação ao seu referencial para orientar a sua prática, sem desenvolver a ideia apresentada.

> No meu caso, me identifiquei com o modo dialético / holística para minha futura atuação profissional. (Beth – assistente social – entrevista)

A seguir exploraremos o conteúdo das cinco falas sobre a questão do pluralismo e do ecletismo na profissão. Essa questão, conforme esclarecido na Introdução deste livro, foi utilizada apenas na primeira etapa da pesquisa de campo e foi modificada a partir da realização do exame geral de qualificação.

A despeito da heterogeneidade dos conteúdos, verificamos novamente, nas respostas a essa questão, equívocos em torno do referencial, a busca por normativas para orientar a prática, a perda das especificidades da profissão e a dificuldade de delimitação da teoria e da metodologia de que os assistentes sociais deveriam estar aptos a lançar mão.

As duas falas a seguir abordam o aspecto relativo à perda das especificidades do trabalho do assistente social e/ou a confusão com o pluralismo e o ecletismo na profissão e denotam a falta de uma reflexão mais atualizada sobre o referencial teórico-metodológico do Serviço Social.

> Então, por isso que eu te falo, *muito pouco da teoria do Serviço Social a gente utiliza aqui.* O que a gente mais utiliza é saber, tem que saber quais são os recursos que têm aí fora para a gente orientar essa família, onde vai procurar. A gente tem as instituições, os benefícios de assistência, que ela pode conseguir. [...] *Às vezes a gente acaba indo para o lado do ecletismo,* porque muita coisa do dia a dia você acaba fazendo, não sei... Aqui no trabalho que a gente vivencia daria para fazer igual você está fazendo, pesquisa, daria para fazer muita pesquisa, das dificuldades mesmo que a gente encontra no dia a dia, isso poderia disparar algum trabalho de mestrado. É que eu, na minha idade, eu já não tenho mais ânimo para fazer esse tipo de coisa. Mas eu falo às vezes para as meninas: nossa, daria para fazer um trabalho. É que eu não atento muito assim para o nome do autor, mas... Hoje mesmo eu estava lendo um artigo,

> acho que é até da enfermagem, sobre idosos dependentes. Na clínica médica tem muito idoso que tem problema de hipertensão, diabetes, já teve um AVC, então a gente vai lendo... *Mas às vezes eu vou cair no ecletismo mesmo, porque eu não atento para o nome do autor, para saber...* Por isso que eu falo, para fazer um trabalho, uma pesquisa, teria que estudar mais. (Eleonor – assistente social – entrevista, grifo nosso)

> *O Serviço Social, para mim, é essencialmente pluralista em sua formação, a partir do momento em que o profissional dessa área parte do referencial de várias disciplinas, devendo tomar isso estritamente como referencial para entender seu campo de atuação, cuidando para não invadir searas de outros profissionais,* tanto na intervenção como no uso de terminologia técnica que não lhe compete. (Geni – assistente social – entrevista, grifo nosso)

O depoimento a seguir mostra a confusão teórica feita pela profissional e os equívocos com relação ao referencial, o que a faz lançar mão de normativas para explicar seu exercício profissional, mostrando sua visão de cisão acerca da relação entre teoria e prática.

> Por exemplo, *o positivismo funciona muito na busca e apreensão, a criança está correndo risco de vida, ela teve seus direitos violados, então não dá muito para se questionar, então nós aplicamos o positivismo.* Ela está correndo risco, está com os direitos violados, vamos abrigar para fazer o estudo, para averiguar o que está acontecendo. *Então, para imediatismo, acho que o positivismo funciona, porque é uma coisa de bate-pronto.* Mas aí, eu acho que na hora em que você vai fazer o estudo para desabrigar, para entender o que aconteceu, o que levou a esse abrigamento, aí eu acho que ele não cabe, eu acho que você já tem que usar uma outra corrente. Por exemplo, você abrigou uma criança que esteve na mídia, que o pai espancou, a mãe espancou, ela foi acolhida; para imediatismo ele funcionou, mas a partir do momento em que ela foi abrigada, aí o positivismo já não funciona mais, porque aí a gente já tem que

investigar dentro da família, está uma desordem, mas dentro da família ainda existem pessoas que podem acolher essa criança. Porque o abrigamento tem que ser uma medida excepcional. Então, quer dizer, tem algumas coisas que dá para você amarrar com a rede, para fortalecer essa família, para esse menino ficar na família, tem, então eu acho que é aí que a gente usa outras correntes. *Se você usar o positivismo, é preto no branco, ele não cabe. Eu acho que aí dá para usar os outros*. A gente participa de um grupo de estudos aqui, e aí a gente fica pensando: nossa, *como é difícil casar a teoria com a prática!* É muito difícil fazer... Você tem uns lampejos, você fala: opa, essa conduta que eu estou tendo é pensando naquele livro que eu li e naquelas determinações do Cress... Isso dá para fazer, isso já não dá para fazer, não cabe, *você não consegue achar nenhuma normativa, nenhuma lei que baseie aquela sua ação.* Não que seja só no achismo, você fez discussão de caso, você conversa com um mais velho de casa, outras pessoas que já fizeram isso para tentar não fazer no achismo, mas é um pouco difícil casar a teoria com a prática. (Camila – assistente social – entrevista, grifos nossos)

O conteúdo da fala a seguir traz elementos mais claros para a análise da questão proposta. Remete à importância do referencial para a leitura das demandas que se apresentam no cotidiano profissional, apesar da confusão na conceituação de pluralismo, mas a assistente social consegue refletir sobre a questão do ecletismo.

Plural é tudo aquilo que vem acrescentar dentro da mesma linha teórica do que a gente acredita, do que a gente tem como referencial teórico. Posso adicionar coisas... *O ecletismo não, o ecletismo você vai juntando coisas diferentes que algumas vezes podem até vir a se contradizer.* O nosso caso é um dos referenciais teóricos que olham o nosso sujeito de uma forma diferente do que a gente acredita, pelo menos no meu referencial teórico a gente enxerga o indivíduo na busca da emancipação, de uma forma bem diferenciada. O pluralismo seria uma mesma linha com algumas vertentes um pouco diferentes, mas que pensam dentro de uma mesma linha, senão

> ficaria eclético. [...] Acho que o mais risco dela [profissão] é tentar entender, é tentar auxiliar algumas mães que vêm, crianças que não foram negligenciadas que a gente atende aqui, mãe que não tem noção de cuidado, que vem como maioria para a gente, é sentar com a equipe e tentar orientar tudo de novo; mostrar para uma equipe inteira que quer punir uma mãe que não é aquilo, que algumas circunstâncias levaram àquilo. É uma demanda gostosa. A gente tem essa visão do todo. É diferente. (Carolina – assistente social – entrevista, grifo nosso)

Esta última fala sobre a questão que reproduzimos a seguir pareceu-nos a única que mostra clareza tanto no que diz respeito aos conceitos quanto à importância dessa reflexão para o pensar e o agir profissional. A assistente social pontua as contradições que observa em relação à formação e ao trabalho profissional, o que gera dilemas presentes no cotidiano e diretamente ligados às condições objetivas do profissional.

> Mesmo que [...] *a maioria da categoria profissional escolheu como referencial a perspectiva marxista,* [...] *mas isso eu acho que não pode se fechar, a gente não deixa que isso faça com que se feche o pensamento só nisso, tem que estar aberto para discussões, para outras opiniões diferentes, para novas teorias, novos conceitos, não no ecletismo, porque ecletismo para mim é você pegar um pouco de cada coisa e acaba não tendo uma identidade. Ecletismo é quando você pega uma coisa dali, uma coisa daqui, e quando você vai ver você não está se baseando em nada, você está se baseando em tudo mas não está se baseando em nada.* Então eu acho que tem que ter o pluralismo, a categoria tem que estar aberta às opiniões diferentes, até mesmo respeitar os profissionais que pensam diferente, porque não é porque é a maioria que você tem que impor para a minoria. Uma coisa de forma a não deixar o outro se expor, a sufocar... Então eu acho que a categoria tem que estar aberta, o profissional tem que estar aberto a novas formas de pensar, para discussões, para debates, sem também cair no ecletismo. Tudo bem, se outro profissional se baseia na perspectiva

sistêmica, que seja aquilo, que não seja um pouco de cada coisa. Você vê misturados funcionalismo e fenomenologia, teoria sistêmica e um pouco de marxismo, você vira coisa nenhuma. *Então é isso, tem que estar aberto ao pluralismo, sem cair no ecletismo.* Eu acho assim: enquanto a gente ainda está na universidade, é tudo mais fácil, apesar de ter o estágio, mas quando você sai, que você vai atuar mesmo sozinha, que você começa a se deparar com situações, decisões que você tem que tomar, é aí que fica mais difícil. *Por isso que é bom você nunca perder esse espaço assim de estar refletindo, nunca deixar de estudar, ou de estar em algum grupo, de debater, para não ir perdendo.* Eu acabei assim, me formei, depois casei, tive filho, e aí o nosso trabalho, viajando, então eu acabei ficando. Apesar de que sempre que eu estou podendo participar de alguma coisa, que eu estou podendo me inteirar, eu estou fazendo, mas fica um pouco prejudicado, sabe?, eu queria já estar fazendo uma pós [graduação], eu queria já estar fazendo uma especialização, porque eu vejo que isso é importante, sabe?, senão você vai dando uma distância muito grande. *É que até o momento eu não consegui conciliar tudo isso, trabalho, casa, filho, você tem outras áreas da sua vida, então não dá, mas que é importante...* Eu sinto falta disso, porque, apesar de participar de alguns espaços, mas eu sinto que falta ainda, eu não participo de nenhum grupo de estudo, falta estar me atualizando, estar revendo... Porque às vezes, no processo de trabalho, se você deixar, você vai virando um mecânico. *Eu procuro, às vezes paro e penso: será que eu estou ficando mecânica, será que eu estou deixando algumas coisas parecerem normais, sendo que não são, será que eu estou me acostumando... Só que você tem que estar sempre atento a isso, senão você deixa mesmo...* Se o profissional não se policiar, ele vai se deixando ir pela rotina, e a instituição, não só aqui, a outra instituição também em que eu trabalhei, é muito assim, cobra muito do profissional. Aqui é muito tempo, é meta, tudo tem um tempo determinado, muito burocrático, e aí você não tem às vezes no trabalho tempo para parar e refletir sobre o trabalho que você está fazendo. Então se você não tiver como fazer um espaço fora daqui, aí acaba ficando prejudicado. Então é isso que eu vejo. (Lucy – assistente social – entrevista, grifo nosso)

A riqueza e a heterogeneidade dos conteúdos apresentados nas respostas às questões da entrevista apresentadas neste capítulo guardam intrínseca relação com as discussões teóricas realizadas ao longo deste livro, revelando os dilemas, os conflitos e os desafios que são colocados aos profissionais no exercício do trabalho cotidiano, independentemente de sua área de atuação.

Observamos aqui que a formação e as condições objetivas em que se dá o trabalho profissional determinam sua condução. Alguns profissionais têm se situado à margem de qualquer discussão sobre o Serviço Social e seus determinantes, realizando uma prática alienada. Em contrapartida, temos reflexões afinadas com as discussões correntes na profissão, mas que não estão livres de contradições, as quais são inerentes à inserção do Serviço Social enquanto profissão na lógica da sociabilidade burguesa.

Tendo a compreensão e o domínio das dimensões que constituem o Serviço Social, o profissional deve estar preparado para analisar a realidade concreta em que atua, como expressa Iamamoto (2008): "Apreender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas se faz também necessária a viagem de volta, que permita uma rica releitura desse trabalho saturado daquelas determinações" (p.244).

Esse movimento se faz necessário a partir do momento em que consideramos que, junto com Paulo Netto (1996a),

> [...] a multiplicidade quase infindável das refrações da "questão social" que esbatem no âmbito da intervenção profissional do Serviço Social põe problemas nos quais necessariamente se entrecruzam dimensões que não se deixam equalizar, escapando e desbordando dos modelos formal-abstratos de intervenção. (p.91)

Assim, partimos do pressuposto de que o assistente social, como apontam Forti e Guerra (2010),

> [...] tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que porta-

> dor de relativa autonomia na execução de sua atividade. Todavia, para isso, é crucial capacidade intelectual – busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social –, sem o obscurecimento de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. (p.9)

Encerrando a discussão feita neste capítulo, valemo-nos, mais uma vez, das reflexões presentes na obra de José Fernando Silva (2013). Finalizamos reproduzindo esta relevante afirmação do autor sobre as perspectivas existentes para o profissional de Serviço Social, a partir das condições objetivas em que se dá seu trabalho e da sua formação:

> [...] embora a profissão não possa, pela sua própria natureza, emancipar humanamente os "usuários" (uma tarefa impensável sem a revolução), certamente pode e deve imprimir outra direção social e contribuir com esse processo. O impacto disso nos espaços de inserção profissional é claro: um profissional empenhado em qualificar-se teórica e praticamente (ou pelo menos intencionado nessa direção), perquirindo diversas categorias concretamente e diariamente enfrentadas pelos assistentes sociais. (p.229)

Considerações finais

A partir dos objetivos traçados para a construção da pesquisa apresentada neste livro e ao longo do seu desenvolvimento, foi um processo difícil analisar os conflitos existentes no trabalho profissional cotidiano dos assistentes sociais, mas que pôde ser ricamente vivenciado a partir do momento em que nos colocamos como parte da realidade que buscamos desvelar.

Sendo fruto das angústias vividas por esta pesquisadora enquanto profissional inserida em um contexto de trabalho que traz inúmeras exigências e poucos estímulos para o adensamento do processo formativo, a pesquisa realizada representou um grande passo na reflexão que tanto buscava sobre a inserção como assistente social, perpassando aspectos como a identidade, as perspectivas e os medos.

Chegando ao "final", percebemos que ainda restam muitas outras questões a serem exploradas e que são intrínsecas às nossas vivências profissionais, mas tal aprofundamento encontra limites naquilo que chamamos de realidade concreta, fazendo-nos acreditar que uma pesquisa nunca é concluída, e sim abandonada.

"Abandonamos" neste momento nosso processo de construção do conhecimento dentro daquilo que o mestrado em Serviço Social pôde nos proporcionar, certos de que já existe uma indicação de trajetória a ser retomada posteriormente, à medida que a realidade

concreta permitir, considerando nosso desejo pela continuidade do caminhar.

Apresentaremos agora as conclusões a que chegamos, a partir da reflexão à luz da discussão teórica, unida àquilo que a realidade nos trouxe por meio das falas das profissionais entrevistadas na pesquisa de campo.

Tais conclusões não significam um conhecimento acabado, mas representam uma parcela do que buscamos em termos de respostas para as questões formuladas no início do trabalho de construção da pesquisa.

As perguntas que incitaram a construção do trabalho que originou este livro foram aquelas que viemos fazendo ao longo de nossa trajetória profissional: Eu possuo determinado referencial teórico-metodológico que orienta meu trabalho profissional? Qual seria esse referencial? Os conflitos que perpassam essas questões são devidos a que determinantes?

Para abordar essas perguntas, foi necessário unir a elas outros questionamentos, sem os quais nossa análise estaria incompleta: Quais são os determinantes da sociabilidade burguesa para o trabalho profissional? Quais são as condições atuais de trabalho para os assistentes sociais? Qual é o quadro atual da formação em Serviço Social? Qual é a construção da profissão em termos de aparato teórico-metodológico? Quais são os elementos oferecidos pela formação para que os profissionais tenham de fato condições de reconhecer seu referencial teórico-metodológico para realizar uma leitura crítica de sua realidade?

A partir dessas questões, o nosso trabalho pôde ser estruturado, trazendo os elementos para a construção das respostas possíveis diante das condições e do contexto em que realizamos nossa análise, na qual observamos que muitos são os dilemas que envolvem a escolha de um referencial teórico-metodológico como norteador do trabalho profissional cotidiano.

Acreditamos que o principal constructo teórico que essa análise nos permitiu elaborar foi que o dilema vivenciado pelos assistentes sociais está essencialmente ligado à sociabilidade burguesa e

aos seus determinantes para as relações sociais, configurando uma conjuntura específica, no caso brasileiro, e afetando diretamente não só o trabalho, mas também e primeiramente a formação dos assistentes sociais.

A atual configuração do mundo do trabalho e das relações sociais, a partir dos determinantes do modo de produção capitalista, coloca o profissional de Serviço Social no cerne de uma questão bastante relevante: ele é chamado a atender a uma "demanda", ao mesmo tempo que se vê imerso nessa sociabilidade, inclusive a partir de sua condição como trabalhador, sujeito aos ditames do capital e inserido nos diversos contextos político-institucionais, também determinados pelo capitalismo nas formas específicas que se verificam em nosso país.

Além disso, cabe ressaltar que, mesmo com a existência de um aparato legal que protege o exercício profissional, observamos que os assistentes sociais estão trabalhando muitas vezes em condições avessas àquelas determinadas pelos preceitos legais, submetidos a condições contrárias ao que rege o Código de Ética da profissão, e, mais, sem os devidos elementos para desvelar essa realidade e reconhecer sua identidade e sua inserção social.

O atual quadro da formação profissional no Brasil, especificamente no que diz respeito à educação superior, traduzido na realidade da formação em Serviço Social, vem passando por diversas modificações ao longo dos últimos anos e tem determinado um contexto no qual não se verifica um processo formativo capaz de oferecer aos profissionais aquilo de que de fato necessitam para realizar a devida leitura da realidade em que estão inseridos e projetar seu trabalho profissional.

Esse quadro atual está intimamente ligado ao desenvolvimento da profissão e aos conflitos por ela vivenciados na elaboração de seu corpo teórico-metodológico, o que vai se traduzir em uma formação que nem sempre será capaz de suprir as necessidades dos assistentes sociais no que diz respeito à construção da condição de analisar o aparato teórico-metodológico de que a profissão dispõe e visualizá-lo no seu trabalho profissional.

Dessa maneira, identificamos diversos conflitos que envolvem a relação entre teoria e prática, que estão necessariamente ligados à parca compreensão dos profissionais sobre essa relação e sobre a extrema importância da continuidade do processo formativo como condição para olhar criticamente a realidade e compreender seu papel e suas perspectivas na sociabilidade em curso.

Todavia, pudemos identificar ao longo do trabalho, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, posturas que denotam uma abertura para a análise do movimento contraditório da sociedade e do papel do Serviço Social nesse processo. Esses diferentes posicionamentos estão associados às mais diversas questões, todas fruto das condições objetivas e subjetivas que se relacionam e definem os principais apontamentos que pudemos elaborar na construção do trabalho apresentado neste livro.

Podemos dizer que a área de atuação das assistentes sociais não produziu diferenças nas opiniões delas com relação às questões abordadas nas entrevistas, no entanto, mostrou uma parcela da realidade de cada uma das áreas acessadas por meio das profissionais e revelou que em todas elas é possível encontrar posturas críticas e conservadoras.

Conforme os quadros mostrados na Introdução deste livro, observamos que as profissionais das faixas etárias mais altas e com mais tempo de formação foram aquelas que tiveram maior dificuldade no processo de participação da pesquisa de campo. Percebemos a dificuldade para a realização da reflexão acerca de sua profissão e de seu trabalho profissional, dificuldade que se expressou nas respostas às questões da entrevista. Tais profissionais também não deram continuidade ao processo formativo, e esse afastamento da reflexão teórico-metodológica foi gravemente expresso na sua visão sobre as questões tratadas.

Percebemos que o local de formação (instituições públicas ou privadas) não determinou diretamente aquilo que foi trazido pelas assistentes sociais. Tanto entre as que se formaram em instituições públicas quanto em privadas, verificamos posturas críticas e pos-

turas alienadas acerca do trabalho profissional e do significado da profissão.

Com relação à realização ou não de pós-graduação, observamos que, nos casos em que houve a continuidade do processo formativo, as profissionais puderam aprofundar sua análise, mostrando possuir mais elementos para pensar sua condição e suas possibilidades. No entanto, conteúdo significativo também foi trazido pelas profissionais que não fizeram a pós-graduação, mas concluíram a graduação há menos tempo.

O tempo de atuação na mesma área, por sua vez, não pareceu condicionar as reflexões das profissionais. Três profissionais que atuam há cerca de duas décadas na mesma área apresentaram visões totalmente diferentes com relação aos assuntos abordados na entrevista.

Dessa forma, reafirmamos a junção das condições objetivas e subjetivas a determinar o teor da análise realizada pelas profissionais, mas enfatizamos que as condições perpetradas pela realidade concreta são as que refletem de maneira mais incisiva nas opiniões captadas nas entrevistas, o que está diretamente ligado à análise que pudemos realizar a partir da discussão teórica realizada ao longo dos capítulos.

Vemos como necessária e urgente a aproximação e o estímulo junto aos profissionais das mais diversas áreas, que atuam nos mais diversos contextos, contato que está dentro das atribuições dos órgãos representativos da profissão, como meio de instrumentalizar esses profissionais para que continuem refletindo, para além da graduação, sobre seu trabalho e sobre aquilo que orienta sua caminhada.

Observamos que a dicotomia na relação entre teoria e prática evidenciada nas falas das profissionais está relacionada à distância que percebem entre o espaço que ocupam no momento presente no mercado de trabalho e aquele que ocupavam enquanto estavam na academia, ou seja, aquilo que o trabalho está requisitando das profissionais parece estranho àquilo que puderam apreender na

graduação, apesar de haver falas um pouco diferentes no que diz respeito a esse tema.

Não podemos deixar de salientar o papel do Serviço Social enquanto parte da universidade pública nesse sentido, para além da graduação, a qual pode promover espaços de reflexão com os profissionais não só por meio de eventos, mas através da abertura dos campos de estágio e trazendo os supervisores para a discussão em curso na academia.

Nossas ideias coadunam significativamente com a afirmativa a seguir, de José Fernando Silva (2013), que resume nosso sentimento, neste momento, de "conclusão" e de visualização de perspectivas futuras:

> O caminho a percorrer é longo. Nele, certamente, a densidade e a grandeza da história não podem ser reduzidas à finitude mortal de cada um de nós, à nossa historicidade finita. Fundamental é deixar registradas nessa história nossas marcas como indivíduos sociais, como seres sociais que a tecem como podem, conscientemente, ao mesmo tempo que são tecidos por ela. (p.254)

Encerramos nossas reflexões, propiciadas pelo exercício da construção do conhecimento, e reafirmamos a necessidade de estar em contato constante com a nossa trajetória e seus determinantes, sempre atentos ao reconhecimento de nossas potencialidades para enfrentar os desafios da profissão na sociedade em que vivemos, regida por uma lógica cruel e que exige uma vigilância constante para desvelar suas tramas.

Referências bibliográficas

ABESS. CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos Abess*, São Paulo, n.7, p.58-76, 1997.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

______. *Os sentidos do trabalho:* ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

______. Perenidade (e superfluidade) do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANNA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social:* fundamentos ontológicos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

______.; TERRA, S. H. *Código de Ética do Assistente Social comentado.* Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

______. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do

trabalho do assistente social. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p.3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRAZ, M.; RODRIGUES, M. O ensino em Serviço Social da era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANNA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CARVALHO, A. M. P. de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. *Cadernos Abess,* São Paulo, n.1, p.17-42, 1986.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos Abess,* São Paulo, n.4, p.5-17, 1991.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução n.15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p.33. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 9ª Região. *Legislação brasileira para o Serviço Social:* coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrução da(o) assistente social. São Paulo, 2004.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: ______ (Orgs.). *Serviço Social:* temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serviço Social & Sociedade,* São Paulo, n.104, p.715-36, out.-dez. 2010.

______. Formação profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. In: SILVA, J. F. S. da; SANT'ANNA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HELLER, A. *O cotidiano e a história.* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

______. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social:* ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

______. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

______. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

______. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 17, n.52, p.7-23, dez. 1996.

LUKÁCS, G. *Estética*. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MARTINELLI, M. L. *Serviço social*: identidade e alienação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_________. A consciência revolucionária da história. In: MARX, K.; ENGELS, F. *História*. Organização de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, n.36).

______. *O capital:* a lei geral da acumulação capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1984. l.1, t.2.

______. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULO NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.30, p.89-102, 1989.

______. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

______. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 17, n.50, p.87-132, abr. 1996b.

______. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

______. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

______. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PINTO, J. B. G. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. *Cadernos Abess*, São Paulo, n.6, p.29-45, 1993.

ROS, A. C. P. *Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa:* a vida das famílias atendidas no Creas II em Ribeirão Preto – SP. Franca, 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. *Filosofia da práxis*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, C. M. dos. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. C. B. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição. *Cadernos Abess*, São Paulo, n.8, p.19-25, 1998.

SILVA, J. F. S. da. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v.14, n.2, p.133-54, 2005.

______. *Serviço Social:* resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L. T. R. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: SADER, E. (Comp.). *El ajuste estructural en América Latina:* costos sociales y alternativas. Buenos Aires: Clacso, 2001.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. *Cadernos Abess*, São Paulo, n.8, p.7-18, 1998.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/2_-_Fundamentos_historicos_e_teoricometodologicos_do_Servico_Social_brasileiro_na_contemporaneidade_.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro inicial da pesquisa de campo

Idade:
Ano de formação:
Local de formação:
Tempo de atuação como assistente social:
Área de atuação atual:
Pós-graduação:
Qual? Quando?

1. O que você entende quando falamos em referencial teórico--metodológico do Serviço Social?

2. Na sua atuação profissional, qual seria o referencial teórico-metodológico que orienta sua prática? Dê um exemplo disso no seu trabalho profissional.

3. O que você entende por pluralismo e ecletismo?

Apêndice B – Novo roteiro da pesquisa de campo

Idade:
Ano de formação:
Local de formação:
Tempo de atuação como assistente social:
Área de atuação atual:
Pós-graduação:
Qual? Quando?

1. O que você entende quando falamos em referencial teórico--metodológico do Serviço Social?

2. Como foi abordada a questão teórico-metodológica na sua formação acadêmica? Fale um pouco de sua formação (pontos positivos, negativos).

3. Na sua atuação profissional, qual seria o referencial teórico-metodológico que orienta sua prática? Dê um exemplo disso no seu trabalho profissional. Ou: Como se dá o seu trabalho profissional no dia a dia? Você compreende que há um referencial teórico-metodológico que a(o) orienta?

4. Como você descreveria suas condições de trabalho atuais (salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências etc.)?

5. Como você analisa a conjuntura brasileira atual na qual você se insere como assistente social (questão social, política, economia etc.)?

Apêndice C – Roteiro complementar da pesquisa de campo

1. Como foi abordada a questão teórico-metodológica na sua formação acadêmica? Fale um pouco de sua formação (pontos positivos, negativos).
2. Como você descreveria suas condições de trabalho atuais (salário, carga horária, regime de trabalho, relações institucionais, exigências etc.)?
3. Como você analisa a conjuntura brasileira atual na qual você se insere como assistente social (questão social, política, economia etc.)?

Sobre a autora

Élidi Cristina Tinti. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus Franca (2003-2006). Bolsista do grupo Programa de Educação Tutorial-SESu/MEC (2004-2006). Aprimoramento em Serviço Social e Psiquiatria pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, Campus Ribeirão Preto (2007-2008). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus Franca (2012-2014). Atua como assistente social do Hospital Santa Tereza de Ribeirão Preto/ Secretaria de Estado da Saúde e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família/Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Possui aprofundamento no estudo sobre as áreas de saúde do trabalhador, saúde mental, formação e trabalho profissional do assistente social e fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.